



A APU apresenta em todo o país mais de 40 000 candidatos

A APU concorre em mais do dobro de freguesias do que concorreu em 1976

A APU apresentou listas para todos os municípios do Continente

Mais de metade dos candidatos da APU são independentes

Quatro anos depois do criminoso assalto ao Centro de Trabalho do PCP, a APU é a única força política a concorrer a todos os órgãos de poder local no concelho de Rio Maior

Dados sobre as candidaturas da Aliança Povo Unido — APU apresentados em conferência de imprensa **Pág.12**



O Palácio de Cristal encheu-se no passado sábado no comício em que participou o camarada Carlos Costa, do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP

«CORREU MUITO BEM!»

É com estas palavras que milhares e milhares de portugueses respondem a quem lhes pergunta como foram as centenas de comícios e sessões do PCP e da APU realizados de Norte a Sul do país

Pág.3, 5, 8



Yasser Arafat e Álvaro Cunhal durante o encontro realizado durante a estadia do dirigente da OLP em Lisboa para participar na Conferência de Solidariedade

SOLIDARIEDADE COM O POVO DA PALESTINA

Pág.10

Acordo de acção parlamentar entre o PCP e o MDP/CDE

Pág.12

A campanha eleitoral começa no domingo

Em Lisboa, um grande desfile com concentração às 14 e 30 no Martin Moniz (carros alegóricos) e Alameda D. Afonso Henriques com desfile até ao Estádio 1.º de Maio onde se realizará um magusto. No distrito do Porto, iniciativas em todos os 17 concelhos e várias caravanas automóveis; em todo o país, o PCP assinala o arranque para a campanha eleitoral rumo à vitória democrática.



Até terça-feira à noite de cada semana, informar o «Avante!» das iniciativas do Partido! A «Agenda» é também um instrumento de trabalho para a campanha **Pág.3**

Hoje, às 21 e 45, no Pavilhão da Académica da Amadora, e na terça-feira, às 16 e 30, na cantina da CP em Santa Apolónia, sessões de esclarecimento com o camarada Álvaro Cunhal

JUVENTUDE COMUNISTA

No sábado, no Pavilhão dos Desportos, realiza-se o encontro de unificação das duas organizações dos jovens comunistas que encerrará com uma intervenção do camarada Álvaro Cunhal **Pág.9**

Saudação do PCP ao Partido de Lénine

Pág.2



Editorial

UMA CAMPANHA ELEITORAL NO QUADRO DA CONSTITUIÇÃO

Em 2 de Novembro, último, em 305 Câmaras Municipais (o total do País) e em mais de 2 260 freguesias do Continente e das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, a Aliança Povo Unido apresentou em boa e devida forma os processos de mais de 70 000 candidaturas para as eleições autárquicas de 16 de Dezembro.

Na data apropriada e antes de qualquer outro partido ou coligação de partidos, nos 21 círculos eleitorais do Continente, Regiões Autónomas e Emigração, a APU apresentou com o mesmo apurador processamento 352 candidaturas (efectivos e suplentes) para a eleição de deputados à Assembleia da República, em 2 de Dezembro.

Uma implantação nacional única e uma operosidade e capacidade organizativa notáveis, que nenhuma outra força política está em condições de igualar, estão na base deste extraordinário sucesso da Aliança Povo Unido, em particular do seu principal Partido componente — o PCP.

Outros partidos e coligações apresentaram igualmente listas, em muitos casos de maneira atabalhoada, alguns quase fora de horas e visivelmente para não perderem o comboio.

Não é, entretanto, pôr em contraste a implantação e a capacidade relativa de cada uma das forças concorrentes o objectivo que nos propomos aqui abordar.

O que se pretende aqui salientar é que toda esta intensa actividade pôs de novo à prova a consistência e funcionalidade das instituições democráticas, a saúde do regime democrático, o vigor da Constituição da República.

A árdua e trabalhosa fase de apresentação das candidaturas está, portanto, vencida e dentro de três dias termina a campanha pré-eleitoral das eleições intercalares.

A possibilidade de solução da crise governativa no quadro constitucional, tantas vezes reafirmada pelo PCP, tem-se verificado até agora na prática. A democracia portuguesa está firme nos seus alicerces, a solidez do 25 de Abril evidenciou-se de novo aos olhos dos portugueses.

Se a saída da crise governativa, apesar da profunda actividade desestabilizadora da extrema-direita, pôde até agora processar-se no quadro da

Constituição e da legalidade democrática, é imperioso assegurar que a campanha eleitoral oficialmente aberta a partir de domingo se processe no mesmo quadro.

O Povo português tem o direito de informar-se e ser informado; tem o direito de formular com inteiro conhecimento de causa, com tranquilidade e isenção, um juízo seguro acerca dos programas, das pessoas, das propostas e práticas políticas dos partidos que vão submeter-se ao seu voto no dia 2 de Dezembro.

A Constituição portuguesa garante-lhe esses direitos; os órgãos de soberania sobre os quais recai a obrigação constitucional de assegurar o seu efectivo exercício, num período de dissolução do Parlamento, devem velar por eles, devem criar as condições e mobilizar os meios necessários para tomar efectivas as garantias constitucionais.

O que fica dito não é um simples enunciado formal — tem inteira razão de ser quando se conhecem os propósitos e se vislumbram os planos; quando se ouvem os apelos e se escutam os incitamentos das forças empenhadas na desestabilização política, económica, social e militar; daqueles cujos objectivos afirmados ou encobertos são a liquidação do regime democrático, o restabelecimento de uma nova ditadura, o estrangulamento do 25 de Abril.

O cacharote reaccionário que dá pelo nome de Aliança Democrática, farda-se com a roupagem da democracia mas aninha no seu seio os piores inimigos da liberdade e da independência do Povo português.

A mentira, a calúnia, a demagogia, a fraseologia dourada são o manto de uma actividade inconstitucional e golpista sob a qual as forças mais reaccionárias da sociedade portuguesa preparam o assalto violento ao Poder, tentam levar por diante um projecto subversivo de mudança das instituições, a instauração de uma nova ordem antidemocrática que reponha os antigos privilégios dos monopolistas e latifundiários, que escancare de novo as portas do País ao domínio do imperialismo.

Quando Sá Carneiro na reunião de Setembro da Comissão Política Nacional do PPD preconiza

a deformação da imagem democrática e estabilizadora do PCP, dizendo que era mais fácil combater os comunistas quando — segundo ele — queriam assaltar o Poder e impor uma ditadura comunista nos anos de 74 e 75, mente descarada e despudoradamente para desviar as atenções dos que, nesses anos, com Spínola, conspiraram de facto tal como Sá Carneiro para aniquilar o 25 de Abril e suprimir as liberdades.

A história do golpe Palma Carlos, do 28 de Setembro e do 11 de Março, quando um dia puder ser revelada com objectividade e rigor, dirá quem foram directamente, pessoalmente, os conspiradores dos anos 74 e 75, que políticos e que forças se propunham e actuaram, de facto, para assaltar o Poder, para satisfazer desmedidas ambições; quem realmente, por meio do golpe violento, tentou impor à política portuguesa um rumo que entrava em confrontação aberta com a vontade da imensa maioria do Povo português.

O crime de Montemor-o-Novo, as bombas deflagradas na terra alentejana e em Faro, a criminosa acção que nos últimos dias levou de novo a morte e a destruição a um lar do Alentejo mostram que os inimigos da democracia e do 25 de Abril não recuam perante nenhum meio para atingirem os seus objectivos.

Os patrões dos Ramiro Moreira, os amiguinhos dos Torres de Murça e de outros executores da criminosa política da extrema-direita em Portugal, têm medo das eleições, têm medo que o Povo português tome nas suas mãos as rédeas do seu destino — temem a força persuasiva e imponente da imagem e da natureza democrática e estabilizadora do PCP, do seu respeito pela legalidade democrática e pela Constituição, do seu indefectível patriotismo.

Sá Carneiro e Freitas do Amaral e os eternos vira-casacas Barreto, Medeiros Ferreira, Sousa Tavares e outros puderam nos últimos dias enunciar programas, referir objectivos da «Aliança Reaccionária», envolver tudo isso em solenes declarações de respeito pela democracia, pelo Presidente da República, pelos órgãos de soberania. No comício do Rossio — meia «casa» que Sá Carneiro, dizia não caber naquela praça nem nas

ruas adjacentes — o chefe do PPD foi claro nas suas afirmações: a Aliança daria apenas ao Presidente da República, se vencesse as eleições, um terreno de iniciativa à Américo Tomás, poria na prateleira, e até ver, o Conselho da Revolução, imporia no governo e na Assembleia da República a alteração das leis económicas, eleitorais e do trabalho, imporia o referendo. Em bom português: liquidaria as nacionalizações, a Reforma Agrária, o controlo operário, os direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores, conduziria uma política externa de submissão ao imperialismo, à NATO, à CEE e de inimizade para com os países socialistas e do Terceiro Mundo.

É evidente que nada disto tem a ver com a Constituição; nas mãos da «Aliança Reaccionária» o País seria rapidamente conduzido para o caos, a bancarota, o desemprego, o assassinio das liberdades.

Garantir que as eleições intercalares se realizem no quadro constitucional implica dar todo o valor às declarações e aos actos dos chefes da reacção e dos seus agentes no aparelho de Estado, na direcção da economia, nos órgãos de comunicação social.

Garantir a constitucionalidade dos actos eleitorais que vamos viver implica garantir as liberdades, a isenção, o pluralismo efectivo na comunicação social, facilitar a concionalização do Povo português para um acto cívico de enorme importância política para o País.

A democracia portuguesa, todos os democratas e patriotas portugueses têm força determinante para defender as conquistas inapreciáveis do 25 de Abril.

Têm também força para derrotar decisivamente nas urnas os que sonham com o regresso ao passado, os que se alimentam com o pão ideológico das classes e forças que o 25 de Abril apeou em definitivo do poder político.

A uma saída constitucional vitoriosa da crise governativa deve corresponder uma campanha eleitoral e eleições no quadro da Constituição, uma confirmação nas urnas da importante derrota reaccionária sofrida com a decisão das eleições gerais intercalares.

Do CC do PCP ao CC do PCUS

Saudações do Comité Central

Queridos Camaradas,

Na passagem do 62.º aniversário da gloriosa Revolução de Outubro os comunistas portugueses saudam calorosa e fraternalmente o Comité Central do Partido Comunista da União Soviética, e por seu intermédio, todos os comunistas, a classe operária e o povo trabalhador da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Sob a direcção de Lénine o Partido Bolchevista apoiando-se nas massas populares liquidou o poder dos grandes capitalistas e agrários e iniciou a construção do socialismo na Rússia.

A Revolução de Outubro abriu assim uma nova época na História da Humanidade, a época da passagem do capitalismo ao socialismo.

Apesar de cercado de inimigos por todos os lados os povos da Rússia Soviética dirigidos pelo Partido de Lénine e contando com a solidariedade da classe operária internacional derrotou a reacção interna e expulsou do seu país as forças intervencionistas.

A história da aguda e acesa luta de classes que o PCUS e o povo soviético têm travado constitui uma fonte riquíssima de ensinamentos a assimilar por todos os revolucionários.

A Revolução de Outubro e o seu posterior desenvolvimento liquidou a exploração do homem pelo homem no vosso país, permitiu acabar com a fome, a miséria, o desemprego, o analfabetismo entre todos os povos que integram a URSS, proporcionou um rápido e impetuoso desenvolvimento da economia soviética, tomando a URSS num Estado Socialista desenvolvido que constrói nos nossos dias as bases técnicas e materiais do comunismo. Constitui um importante alento à luta de libertação nacional dos povos outrora submetidos ao colonialismo.

O novo Estado Soviético ligou o seu nascimento à promulgação do Decreto sobre a Paz e, desde esse momento histórico até hoje, seguindo esse caminho indicado por Lénine, o PCUS e o povo soviético têm estado sistematicamente na primeira fila da luta pela paz.

A derrota da agressão nazi-fascista na II Guerra Mundial constitui um pesado mas glorioso tributo pago pelos povos da URSS à Humanidade para a salvar da barbárie nazi-fascista.

Os êxitos na construção do socialismo na URSS, a criação da comunidade dos Estados socialistas, o avanço dos partidos operários nos países capitalistas, o desmoronamento do colonialismo permitiu operar uma viragem nas relações internacionais no sentido do desanuviamento, da cooperação e da paz — em melhores condições, aprofundar o processo revolucionário mundial.

As vitórias alcançadas pelas heróicas lutas dos povos do Vietname, Laos, Kampuchea, Angola, Moçambique, Argénia, Irão e Nicarágua constituem grandes derrotas para o imperialismo.

Para tentar impedir que as lutas de libertação nacional e social dos povos sejam vitoriosas, o imperialismo fomenta a divisão de forças anti-imperialistas, cria novos corpos de intervenção militar, ameaça intervir e, em muitos casos, interveém militarmente, não desiste de procurar obter a superioridade militar sobre os Estados da comunidade socialista.

Os comunistas portugueses repudiam os novos planos e medidas dos imperialistas norte-americanos e de círculos mais agressivos da OTAN destinados a alargar o equilíbrio militar actualmente existente através da instalação de 600 mísseis de alcance médio em países daquele Pacto.

Os comunistas portugueses apoiam as propostas altamente positivas apresentadas pelo camarada Brejnev, em nome do PCUS e do governo

soviético, em Berlim, por ocasião das comemorações do 30.º aniversário do RDA.

Os comunistas portugueses têm consciência de que é imperioso organizar amplos e unitários movimentos de massas que abarquem todos quantos estão dispostos a lutar contra a corrida aos armamentos, pelo desanuviamento e pela cooperação entre os Estados, independentemente do seu regime político.

Nesse sentido o PCP considera fundamental reforçar as fileiras do movimento comunista e operário internacional na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, certo de que esse reforço é decisivo para unir todas as forças anti-imperialistas, democráticas e amantes da paz.

Queridos camaradas,

Em Portugal, como foi assinalado no IX Congresso do PCP em Maio passado é necessário parar a ofensiva global da reacção interna e do imperialismo que tem como objectivo liquidar a Reforma Agrária, as nacionalizações, o controlo operário, conquistas da Revolução de Abril que dão corpo ao regime democrático português.

A derrota do governo fascizante de Mota Pinto/PPD/CDS devido a grandiosas acções revolucionárias encabezadas pela classe operária e um poderoso movimento popular de massas tendo o PCP como força determinante; a convocação de eleições intercalares para a Assembleia da República e de eleições para as autarquias locais nos dias 2 e 16 de Dezembro próximo respectivamente, nos termos e prazos previstos na lei, constitui uma saída constitucional para a crise e uma severa derrota dos partidos da direita que cria melhores condições para conter essa ofensiva reaccionária.

As eleições que brevemente irão ter lugar são uma importante batalha que os comunistas portugueses encaram com confiança. O PCP desenvolve toda a sua actividade de massas para derrotar a reacção, mantendo em minoria o PPD/PSD, o CDS e os seus acólitos; eleger uma maioria democrática, designadamente de comunistas e socialistas; aumentar sensivelmente o número de deputados do PCP, condição indispensável para se alcançar uma alternativa democrática.

Estes resultados a ser alcançados criarão melhores condições para lutar por uma viragem democrática na vida nacional que leve à constituição de um governo democrático ao serviço do povo e de Portugal.

Queridos camaradas,

Com a Revolução de Abril foram estabelecidas relações diplomáticas entre Portugal e a URSS. O PCP continua a orientar a sua actividade no sentido de que essas relações se desenvolvam em todos os domínios, para bem dos dois países, dos respectivos povos, da paz, da cooperação e da segurança europeias.

Os comunistas portugueses continuarão a trabalhar para que se aprofundem cada vez mais os laços de solidariedade, amizade e cooperação fraternal existentes entre o PCP e o PCUS, na base dos princípios imortais do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.

Viva o 62.º aniversário da Revolução de Outubro!
Viva a amizade entre o Povo Português e o Povo soviético!
Viva a amizade entre o PCP e o PCUS!
Viva o Internacionalismo Proletário!

• Ao Comité Central do Partido da Frente de Libertação Nacional (Argélia)

Queridos Camaradas,

Por ocasião do 25.º aniversário do desencadeamento da insurreição armada do povo argelino, o Comité Central do Partido Comunista Português envia ao Comité Central do Partido Frente de Libertação Nacional, a todos os seus militantes e ao povo trabalhador da República Argelina Democrática e Popular as calorosas e fraternais saudações dos comunistas portugueses.

Os comunistas e os trabalhadores de Portugal acompanharam sempre com viva emoção e espírito solidário a dura e abnegada luta dos trabalhadores e do povo argelino que, sob a direcção da FLN, combatu heróicamente contra o jugo colonial, conquistou a independência da sua pátria, empreendeu profundas transformações progressistas da sociedade.

Hoje, 25 anos passados sobre a data histórica de 1 de Novembro de 1954, é com a alegria sincera de quem se sente empenhado no combate comum libertador que saudamos os êxitos já alcançados na edificação da RADP e a sua grande contribuição para a causa da paz e da libertação dos povos, e vos desejamos novos sucessos no caminho progressista e anti-imperialista da revolução argelina.

O prestígio e o importante papel da RADP no movimento de libertação nacional e social árabe, em África e no Mundo, bem patentes na sua consequente posição no seio do Movimento dos Não-Alinhados, não podiam deixar de confrontar com a hostilidade do imperialismo e da reacção internacional nas suas vãs tentativas para suste o avanço do processo revolucionário mundial. As ameaças de intervenção directa do imperialismo norte-americano ao lado das forças reaccionárias no Magreb são em perigo a paz e a segurança de toda a zona e do vosso país em particular. Desejamos aproveitar esta oportunidade para vos manifestar uma vez mais a activa solidariedade dos comunistas portugueses à vossa luta contra as intrigas e provocações do imperialismo, contra o povo e a revolução argelina.

Fiel aos princípios do internacionalismo proletário que sempre orientaram a sua acção, o PCP sempre esteve, está e estará ao lado dos povos que lutam pelo direito à autodeterminação e à independência, pela democracia, o progresso social e o socialismo.

Queridos Camaradas,

A orientação progressista e anti-imperialista da revolução argelina e a sua firme posição ao lado dos povos em luta contra o imperialismo, o fascismo, o colonialismo e o racismo é bem conhecida dos comunistas e democratas portugueses que nos dias negros da ditadura fascista e das criminosas guerras coloniais encontraram sempre na FLN e no povo argelino um amigo sincero e um aliado seguro.

Com a Revolução de 25 de Abril de 1974 — Revolução cujas grandes conquistas os comunistas e os trabalhadores portugueses defendem firmemente contra todas as tentativas da reacção interna e do imperialismo visando a sua liquidação — abrimos-se amplas perspectivas ao desenvolvimento das relações de amizade e cooperação entre o povo português e o povo argelino, entre o novo Portugal democrático e a República Argelina Democrática e Popular.

O PCP fará tudo o que estiver ao seu alcance para que tais perspectivas se concretizem.

O PCP faz votos para que os laços de amizade e solidariedade forjados entre os nossos dois partidos no tempo em que em Portugal combatíamos o colonialismo e o fascismo se estreitem cada vez mais no futuro, no interesse dos nossos dois povos e países, no interesse da causa comum da paz e do fortalecimento da frente mundial anti-imperialista.

Viva o 25.º aniversário do início da insurreição armada!
Viva a amizade e a solidariedade combativa entre o PCP e a FLN!
Viva a amizade e a solidariedade entre o povo português e o povo argelino!

• Ao Comité Central do Partido Comunista de Israel

Queridos Camaradas,

Desde a sua fundação, o Partido Comunista de Israel tem-se afirmado ao longo de 60 anos de difícil luta, sob as condições mais adversas, como a vanguarda revolucionária da classe operária e de todos os trabalhadores do seu país.

Hoje, quanto o Partido Comunista de Israel celebra o seu 60.º aniversário, ao seu Comité Central, a todos os seus militantes e simpatizantes, o Comité Central do Partido Comunista Português, em nome de todos os comunistas portugueses, envia as suas mais calorosas e fraternais saudações.

Na complexa e perigosa situação de há muito existente no Médio Oriente, o Partido Comunista de Israel, orientando-se pelos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, tem-se mantido firme na luta pela melhoria das condições de vida do povo trabalhador do seu país, pela independência nacional, a paz, o progresso social e a democracia e na luta contra o colonialismo, o sionismo, o imperialismo e a reacção árabe, pela unidade das forças progressistas da região.

A conspiração e manobras do imperialismo norte-americano, as pretensões hegemónicas e o carácter belicista do sionismo e a reacção árabe, conjugadas, criam, na região, um clima excepcionalmente tenso e perigoso para a paz mundial, designadamente através das suas tentativas de divisão das forças e Estados progressistas árabes e de isolamento e repressão ao povo palestino e à sua justa luta. Os acordos de Camp David, que o PCP condena e denuncia, inserem-se nestes objectivos.

A solução da questão do Médio Oriente passa pela retirada de Israel dos territórios árabes ocupados em 1967, pelo reconhecimento dos direitos nacionais legítimos do povo palestino, incluindo a constituição do seu próprio Estado independente e soberano em territórios da Palestina, por uma solução global com a participação da Organização de Libertação da Palestina, único e legítimo representante do povo palestino.

A luta em defesa da paz e da coexistência pacífica exige uma acção resoluta contra a corrida aos armamentos desencadeada pelos círculos mais agressivos dos EUA, e da NATO. Mais do que nunca afigura-se necessária ao nosso Partido a unidade de todas as forças progressistas da região e a nível mundial, para condenar as manobras divisionistas, nomeadamente os acordos de Camp David, e combater as forças reaccionárias, apoiar as justas pretensões palestinianas, contribuir para

a resolução dos graves problemas aí existentes, criar um clima de paz e segurança no Médio Oriente. O PCP tem em alta consideração a contribuição dos comunistas de Israel na luta por estes objectivos.

Apesar de cercado de inimigos por todos os lados os povos da Rússia Soviética dirigidos pelo Partido de Lénine e contando com a solidariedade da classe operária internacional derrotou a reacção interna e expulsou do seu país as forças intervencionistas.

A Revolução de Outubro abriu assim uma nova época na História da Humanidade, a época da passagem do capitalismo ao socialismo.

Apesar de cercado de inimigos por todos os lados os povos da Rússia Soviética dirigidos pelo Partido de Lénine e contando com a solidariedade da classe operária internacional derrotou a reacção interna e expulsou do seu país as forças intervencionistas.

A história da aguda e acesa luta de classes que o PCUS e o povo soviético têm travado constitui uma fonte riquíssima de ensinamentos a assimilar por todos os revolucionários.

A Revolução de Outubro e o seu posterior desenvolvimento liquidou a exploração do homem pelo homem no vosso país, permitiu acabar com a fome, a miséria, o desemprego, o analfabetismo entre todos os povos que integram a URSS, proporcionou um rápido e impetuoso desenvolvimento da economia soviética, tomando a URSS num Estado Socialista desenvolvido que constrói nos nossos dias as bases técnicas e materiais do comunismo. Constitui um importante alento à luta de libertação nacional dos povos outrora submetidos ao colonialismo.

O novo Estado Soviético ligou o seu nascimento à promulgação do Decreto sobre a Paz e, desde esse momento histórico até hoje, seguindo esse caminho indicado por Lénine, o PCUS e o povo soviético têm estado sistematicamente na primeira fila da luta pela paz.

A derrota da agressão nazi-fascista na II Guerra Mundial constitui um pesado mas glorioso tributo pago pelos povos da URSS à Humanidade para a salvar da barbárie nazi-fascista.

Os êxitos na construção do socialismo na URSS, a criação da comunidade dos Estados socialistas, o avanço dos partidos operários nos países capitalistas, o desmoronamento do colonialismo permitiu operar uma viragem nas relações internacionais no sentido do desanuviamento, da cooperação e da paz — em melhores condições, aprofundar o processo revolucionário mundial.

As vitórias alcançadas pelas heróicas lutas dos povos do Vietname, Laos, Kampuchea, Angola, Moçambique, Argénia, Irão e Nicarágua constituem grandes derrotas para o imperialismo.

Para tentar impedir que as lutas de libertação nacional e social dos povos sejam vitoriosas, o imperialismo fomenta a divisão de forças anti-imperialistas, cria novos corpos de intervenção militar, ameaça intervir e, em muitos casos, interveém militarmente, não desiste de procurar obter a superioridade militar sobre os Estados da comunidade socialista.

Os comunistas portugueses repudiam os novos planos e medidas dos imperialistas norte-americanos e de círculos mais agressivos da OTAN destinados a alargar o equilíbrio militar actualmente existente através da instalação de 600 mísseis de alcance médio em países daquele Pacto.

Os comunistas portugueses apoiam as propostas altamente positivas apresentadas pelo camarada Brejnev, em nome do PCUS e do governo

soviético, em Berlim, por ocasião das comemorações do 30.º aniversário do RDA.

Os comunistas portugueses têm consciência de que é imperioso organizar amplos e unitários movimentos de massas que abarquem todos quantos estão dispostos a lutar contra a corrida aos armamentos, pelo desanuviamento e pela cooperação entre os Estados, independentemente do seu regime político.

Nesse sentido o PCP considera fundamental reforçar as fileiras do movimento comunista e operário internacional na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, certo de que esse reforço é decisivo para unir todas as forças anti-imperialistas, democráticas e amantes da paz.

Queridos camaradas,

Em Portugal, como foi assinalado no IX Congresso do PCP em Maio passado é necessário parar a ofensiva global da reacção interna e do imperialismo que tem como objectivo liquidar a Reforma Agrária, as nacionalizações, o controlo operário, conquistas da Revolução de Abril que dão corpo ao regime democrático português.

A derrota do governo fascizante de Mota Pinto/PPD/CDS devido a grandiosas acções revolucionárias encabezadas pela classe operária e um poderoso movimento popular de massas tendo o PCP como força determinante; a convocação de eleições intercalares para a Assembleia da República e de eleições para as autarquias locais nos dias 2 e 16 de Dezembro próximo respectivamente, nos termos e prazos previstos na lei, constitui uma saída constitucional para a crise e uma severa derrota dos partidos da direita que cria melhores condições para conter essa ofensiva reaccionária.

As eleições que brevemente irão ter lugar são uma importante batalha que os comunistas portugueses encaram com confiança. O PCP desenvolve toda a sua actividade de massas para derrotar a reacção, mantendo em minoria o PPD/PSD, o CDS e os seus acólitos; eleger uma maioria democrática, designadamente de comunistas e socialistas; aumentar sensivelmente o número de deputados do PCP, condição indispensável para se alcançar uma alternativa democrática.

Estes resultados a ser alcançados criarão melhores condições para lutar por uma viragem democrática na vida nacional que leve à constituição de um governo democrático ao serviço do povo e de Portugal.

Queridos camaradas,

Com a Revolução de Abril foram estabelecidas relações diplomáticas entre Portugal e a URSS. O PCP continua a orientar a sua actividade no sentido de que essas relações se desenvolvam em todos os domínios, para bem dos dois países, dos respectivos povos, da paz, da cooperação e da segurança europeias.

Os comunistas portugueses continuarão a trabalhar para que se aprofundem cada vez mais os laços de solidariedade, amizade e cooperação fraternal existentes entre o PCP e o PCUS, na base dos princípios imortais do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.

Viva o 62.º aniversário da Revolução de Outubro!
Viva a amizade entre o Povo Português e o Povo soviético!
Viva a amizade entre o PCP e o PCUS!
Viva o Internacionalismo Proletário!



O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699-Lisboa CODEX, Tel. 768345.

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 73-A D.º 1.º - 1000 Lisboa, Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX, Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO:

CDL, Central Distribuidora Lhveira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º D.º - 1000 Lisboa, Tel. 779328/779325.

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-CV - 1000 Lisboa, Tel. 769705. (Abrangos os distritos de Lisboa, Santarém e Sabugal).

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Sôculo, 80 - 1200 Lisboa, Tel. 372238.

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto, Tel. 29938.

Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. - 4000 Porto, Tel. 319441.

Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º de Maio 188, Pedruiha - 3000 Coimbra, Tel. 31288.

Centro Distribuidor do Alentejo: Alcapova de Baixo, 13 - 7000 Évora, Tel. 26361.

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro, Tel. 24417.

ASSINATURAS:

Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq. - 1000 Lisboa, Tel. 779328.

PUBLICIDADE CENTRAL:

Av. Santos Dumont, 63-A - 1000 Lisboa, Tel. 776936/776750, Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq. - 4000 Porto, Tel. 381957.

EXPEDIÇÃO:

R. João de Deus, 24 - Venda Nova - 2700 Amadora, Tel. 900044.

Composto e impresso na Heeka Portuguesa R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora.

Tiragem média do mês de Outubro: 71 600



Agenda

Dia 8, Quinta-feira

DORB: Coimbra, às 21 horas, sessão, no Teatro da Faculdade de Letras, com o camarada Aboim Inglês do CC. ● **Vila Verde**, (Figueira da Foz) às 18 e 30, sessão, com o camarada Aboim Inglês do CC. ● **DORLE: Valado de Frades**, às 21 e 30, sessão, com Maria da Piedade Morgadinho do CC, Rui Vinagre e Rodrigo Henriques, seguir-se-á Canto Livre com Samuel e Manuel Branco. ● **DORL: Amadora**, às 21 e 45, sessão, com o camarada Alvaro Cunhal, às 18 e 45, sessão, com o camarada Alvaro Cunhal, no Pavilhão da Académica. ● **Lisboa**, às 13 horas, sessão, no Palácio Foz (sala de convívio), organizada pelo Sector Público. ● **Loures**, St.ª Iria, às 21 e 30 no Bairro da Bela Vista, sessão, com Jerónimo de Sousa do CC. ● **Loures**, às 21 horas, sessão, no Grupo Desportivo de Louisa, com Joaquim Silvério. ● **St.ª Iria da Azóia**, às 18 horas, sessão, na fábrica Covina, com José Casanova, suplente da Comissão Política do CC. ● **Queluz de Baixo**, às 18 horas, na Colectividade os «Fixes», sessão, com João Amaral e Maria Isabel Dias. ● **Lisboa**, às 18 e 30, sessão, organizada pela 7.ª zona de CLL, em Material Luso-Italiana, com José Saramago. ● **Lisboa**, às 18 e 30, sessão, à porta da empresa, União Farmacéutica Portugal, com Marim Lopes e Marques Pedrosa. ● **Queluz de Baixo**, às 18 e 30, na Acta, sessão, com Heider Pinheiro e Odete Costa. ● **Loures**, às 18 horas, sessão, na Cooperativa Limpa, no Catujal. ● **Lisboa**, às 18 e 30, sessão no refeitório da EPI, com Jorge Pereira. ● **DORS: Chegadinho**, às 21 e 30, no Club Alagoa, projecção de filme. ● **Lagoa do Calvo** (Marateca), às 21 horas, na Sociedade 1.º de Janeiro, sessão e apresentação de candidatos às autarquias.

Dia 9, Sexta-feira

DORBL: Bucaras, (Figueira da Foz) às 21 e 30, no «Caras Direitas» comício, com a presença de candidatos. ● **DORSA: Pousadas**, às 21 e 30, sessão APU. ● **Tramagal**, às 21 horas, sessão, no SAT, com as camaradas Dias Lourenço da Comissão Política do CC, M. Valente e Hilário Teixeira. ● **Zibreira**, às 21 e 30, sessão APU, na Casa do Povo. ● **Riachos**, às 21 horas, sessão, com as camaradas Raimundo Cabral suplente da Comissão Política do CC, Álvaro Brasileiro e F. Nuno. ● **Vila do Paço**, sessão APU, na Escola Primária. ● **Pernes**, sessão, com as camaradas Vítor Louro e José Beja. ● **Vila Nova**, sessão, na Sociedade Recreativa Vilanovense. ● **DORL: Lumbiar**, às 21 e 30, sessão APU, na Academia 1.º de Julho. ● **DORS: Costa da Caparica**, às 21 e 30, sessão, na Casa dos Pescadores e Canto Livre. ● **Laranjeiro**, às 21 e 30, sessão, no Club Instrução e Recreio, projecção de filme. ● **Trafaria**, às 21 e 30, sessão, no Sporting da Corvina. ● **Barreiro**, porta-a-porta. ● **Barreiro**, às 21 e 30, na Casa da Cultura da Quimigal, Canto Livre, integrado na Campanha de Fundos-Eleições 79. ● **DORAL: Lagoa**, às 21 horas, sessão, com o camarada José Vitoriano da Comissão Política do CC. ● **Figueira**, às 21 horas projecção de filmes.

Dia 10, Sábado

DORBL: Figueira da Foz, às 19 horas, no Centro de Trabalho, Magusto-convívio. ● **Marinha de Silveira** (Espinho) comício, com as camaradas, Jaime Serra, da Comissão Política do CC, Vital Moreira e Helena Cidada Moura do MDP/CDE, seguindo-se Canto Livre. ● **Adémia** (Coimbra) às 21 e 30, sessão. ● **S. Silvestre**, (Coimbra) às 21 e 30, sessão. ● **S. Martinho do Bispo**, (Coimbra) às 21 e 30, sessão. ● **DORLE: Caldas da Rainha**, às 21 e 30, no Centro de Trabalho, reunião de mulheres, com Maria da Piedade Morgadinho do CC. ● **DORSA: Almeirim**, às 21 horas, sessão, com as camaradas Dias Lourenço da Comissão Política do CC, Maria Rosa Viseu e J.M. Sampaio. ● **Monsanto**, às 21 horas, sessão com Raimundo Cabral suplente da Comissão Política do CC e A. Fernandes, na Casa do Povo. ● **Torres Novas**, às 15 horas, encontro de candidatos, com Vítor Louro. ● **Ferreira do Zêzere**, às 21 horas, sessão na Casa do Povo, com Fernando Oliveira e F. Nuno. ● **DORL: Lisboa**, às 20 horas, jantar-convívio, no Restaurante Bel Horizonte, promovido pela Comissão de Apoio à APU do Hospital de St.ª Marta. ● **DORS: Barreiro**, porta-a-porta. ● **St.ª André**, às 21 horas, Magusto. ● **Vila Chã**, às 15 horas, convívio para crianças. ● **Barcelos**, às 21 e 30, comício nos «Penicheiros», com o camarada Domingos Abrantes membro da Comissão Política do CC. ● **Barreiro**, às 10 horas, plenário de candidatos, na sala de convívio do Luso. ● **Baixa da Banheira**, às 16 horas, no clube «O Chinquillo», plenário concelho de mulheres comunistas, com Sofia Ferreira do CC. ● **Pinhal Novo**, às 18 horas, na SFUA, sessão, para apresentação de candidatos às autarquias. ● **DORA: Glória**, (Estremoz), a partir das 14 horas, festa-convívio. ● **DORAL: Mexilhoala**, às 16 e 30, sessão, no Club Recreativo com o camarada José Vitoriano da Comissão Política do CC. ● **Bensafrim**, às 21 horas, sessão, na Escola Primária, com José Vitoriano, da Comissão Política do CC. ● **Faro**, às 21 horas, sessão, com Urbano Tavares Rodrigues. ● **Casais** (Monchique) às 21 horas, sessão, com Conceição Rocha. ● **Cacela**, às 21 e 30, sessão com Vítor Neto do CC. ● **Baião** (S. Marcos) às 20 e 30, sessão com Manuel Guerreiro.

Dia 11, Domingo

DORBL: Estarreja, à tarde, Magusto. ● **Pampilhosa**, (Aveiro) à tarde, Magusto. ● **Coimbra**, às 17 horas, no Centro de Recreio Popular, Norton de Matos, Festa, Magusto e Baile. ● **S. João do Campo**, às 17 horas, sessão no Largo da Cruz. ● **Amial**, às 18 horas, sessão, na Associação. ● **Assafargues**, às 19 horas, sessão, na Escola Primária. ● **Sor**, à tarde, Magusto, no Salão da Banda. ● **Montemor-o-Velho**, às 15 horas, encontro-debate «Os problemas dos agricultores do Baixo Mondego», com a presença de candidatos, no Teatro Ester de Carvalho. ● **Montemor**, desfile de gaiteiros. ● **S. Varão**, desfile de gaiteiros. ● **Licela**, desfile de gaiteiros. ● **Sobrelho**, (Condeixa) às 16 horas, Magusto na Escola Primária. ● **Tocha**, (Cantanhede) às 15 horas, convívio com candidatos e amigos da APU. ● **Praia de Mira**, às 17 e 30, sessão, no Mira-Cine, com os candidatos Álvaro Carvalho independente e José Artur. ● **Figueira da Foz**, às 9 horas, a Banda de Laredes desfilará pelas ruas. As 15 horas, concentração de ranchos, junto à Fonte e, às 16 horas, exibição no Coreto e encontro com candidatos. ● **Tavareda**, (F. Foz) às 21 e 30, sessão, na Associação. ● **Marinha das Ondas**, (F. Foz) às 21 e 30, sessão, na Associação. ● **Lerosa**, (F. Foz) às 21 e 30, sessão, na Escola Primária. ● **DORLE: Peniche**, porta-a-porta, a partir das 10 horas, com a participação de Joaquim Gomes da Comissão Política do CC. ● **Leiria**, porta-a-porta. ● **Valado de Frades**, porta-a-porta. ● **Bombarral**, porta-a-porta. ● **Caldas da Rainha**, porta-a-porta. ● **Caldas da Rainha**, às 16 horas, convívio com o camarada Joaquim Gomes da Comissão Política do CC, na Escola Secundária. ● **Obidos**, às 16 horas, sessão, com Jorge Sobral e Custódio Maldonado. ● **Pedrogão Grande**, às 15 e 30, sessão, na Casa do Povo. ● **Nazaré**, sessão, no «Mar Alto», com o camarada Joaquim Gomes da Comissão Política do CC. ● **DORSA: Ameirolas Milharças**, às 17 horas, sessão, na Escola Primária, com Madeira Lopes, do Secretariado Nacional do MDP/CDE e Fernando Oliveira do PCP. ● **Colegiá**, apresentação de candidatos, com o camarada Dias Lourenço da Comissão Política do CC. ● **DORS: Setúbal**, início das jornadas desportivas no concelho. ● **St.ª André**, encontro com moradores de Vila Chã. ● **Lavrado**, às 15 horas, sessão, com Sousa Marques, Heider Madeira e Hermínia Parulas. ● **Paiñais**, às 16 horas, convívio para crianças. ● **Colna**, às 15 horas, sessão, com Hermenegilda Pereira e Hermínia Parulas. ● **Seixal**, às 17 e 30, no Pavilhão da Siderurgia Nacional, jogo de Futebol Feminino, promovido pela UEC/UJC. ● **DORAL: Quarteira**, às 17 horas, sessão, com Margarida Tengerinha do CC. ● **Luz**, (Lagos) às 21 e 30, sessão, com José Vitoriano da Comissão Política do CC e Carlos Luís do CC. ● **Portimão**, às 17 horas, Baile. ● **Mela-Praia**, (Lagos) às 10 horas, sessão, com José Veloso.

Dia 12, Segunda-feira

DORBL: S. Paulo de Frades, (Coimbra) às 21 e 30, sessão, na Escola Primária. ● **Ega**, (Condeixa) às 21 e 30, sessão, na Associação Cultural. ● **DORLE: Caldas da Rainha**, às 21 horas, sessão, nos «Pimpões», com Maria da Piedade Morgadinho, do CC, Custódio Maldonado e Artur Lopes.

Dias 13, Terça-feira

DORBL: Alcoche, (Condeixa) às 21 horas, sessão, na Escola Primária. ● **Queitide**, (Sor) às 21 horas, sessão, na Escola Primária. ● **Casal Cimeiro**, (Sor) às 21 horas, sessão, na Escola Primária. ● **DORLE: A-dos-Francos**, às 21 horas, sessão, na Escola, com Maria da Piedade Morgadinho do CC. ● **Colmbrã**, às 21 e 30, sessão, na Escola Primária. ● **DORL: Lisboa**, às 18 e 30, sessão, promovida pela célula da CP, na cantina de Santa apolónia, com o camarada Alvaro Cunhal secretário-geral do nosso Partido. ● **DORA: Torrão**, às 21 e 30, sessão, com o camarada Carlos Brito, da Comissão Política do CC.

Dia 14, Quarta-feira

Alcabideque, às 21 horas, sessão, no Club. ● **Portela**, (Tentugal) às 21 horas, sessão, na Escola Primária. ● **DORLE: Lagoa**, (Parceira) às 21 e 30, sessão, na Escola. ● **Reinales**, (Peniche) às 20 e 30, sessão, na Escola. ● **Leiria**, às 21 e 30, reunião de mulheres, no Centro de Trabalho, com Maria da Piedade Morgadinho do CC. ● **DORS: Barreiro**, às 21 horas, sessão, nos «Franceses», com Carlos Carvalhas do CC. ● **Barreiro**, às 18 horas, sessão, na empresa Dodge Corticeira.

Explicar o voto útil na APU

Votar na Aliança Povo Unido, explicar a razão por que os comunistas propõem esse voto ao Povo português é uma das questões centrais de cada iniciativa que o PCP tem promovido. Explicar a milhares e milhares de portugueses por que se afirma ser o voto útil, o voto seguro e certo na democracia.

Contam-se já por muitas centenas as sessões e os comícios que os comunistas promovem, numa batalha de esclarecimento que atinge o país inteiro e leva as razões do Partido dos trabalhadores a todas as camadas da população que querem defender Abril e as suas conquistas, que querem derrotar a direita e abrir um caminho novo para o futuro do país.

Os últimos dias — e faltam poucos para o dia 11, em que abre a campanha — foram férteis em

ações de esclarecimento. Além da visita que o secretário-geral do Partido, Álvaro Cunhal, fez a quatro distritos, realizando nada menos que 15 encontros, sessões e comícios, outros membros da Comissão Política do PCP se deslocaram a diversas localidades do país.

Desde zonas onde é fácil, para cada democrata e para cada trabalhador, encontrar a razão para votar APU, mesmo para os que anteriormente votaram na direita ou no PS ou até em grupos

esquerdistas, zona onde a vida política intensa demonstra na prática de todos os dias que são os comunistas os mais firmes defensores de Abril e das suas conquistas, até às zonas mais recuadas, onde a propaganda do PS procura semear a dúvida, fazendo crer que votos na APU são votos deitados ao vento, dirigentes do Partido participaram em comícios e sessões de onde cada trabalhador presente saiu mais confiante e determinado.

Na passada quarta-feira, o camarada Carlos Brito falou no Barreiro e o camarada Octávio Pato em Alcochete, num distrito onde não são muitas as dúvidas sobre as vantagens de reforçar, com o voto seguro e certo, o grupo parlamentar comunista.

O camarada Octávio Pato

participaria em sessões e comícios em outras regiões do país: na sexta-feira em Tomar, no distrito de Leiria, onde se desenha com nitidez a perspectiva de serem eleitos comunistas para a Assembleia; no sábado em Lisboa e, no domingo, fez uma digressão por outras terras do distrito de Leiria: Alcobaça, Bombarral, Óbidos e Caldas da Rainha.

O distrito de Santarém foi o círculo visitado pelo camarada António Dias Lourenço, que esteve em Alcanena, em Benavente e em Salvaterra de Magos.

Em Viseu, num comício-festa, participou o camarada Jaime Serra. Zona considerada difícil, onde no entanto tem aumentado consideravelmente a influência do

Partido Comunista e onde essa influência, traduzida em votos, contribuirá certamente para que, a nível nacional, seja claramente reforçada a posição dos comunistas, apoiada por todos aqueles a quem desiludiu a política dos governos socialistas aliados à direita e a política da direita realizada pelo Governo Mota Pinto que o povo, com o PCP à frente, conseguiu derrubar.

O camarada Carlos Costa esteve no Porto, onde também é grande a confiança e se espera e se trabalha para uma grande vitória da Povo Unido.

O Algarve, outra zona onde cresce a influência dos comunistas, em contraste com a inoperância e a incompetência de outras forças políticas, foi visitada pelo camarada Domingos

Abrantes, que esteve em Odeixeira, Odeixeira e Ferragudo.

Outros membros do Comité Central e de Direcções Regionais, deputados, membros de organizações concelhias e de freguesia, e outros militantes ligados aos problemas das populações participaram no amplo esclarecimento, em vésperas de campanha. E vão continuar.

Explicar, de Norte a Sul, os objetivos do Partido, demonstrou que o voto na APU é o voto na democracia a caminho do socialismo é uma das tarefas que se colocam a todos os comunistas no momento em que as próximas eleições vêm abrir a possibilidade de dar expressão parlamentar às aspirações dos trabalhadores e do povo.

A palavra dos comunistas

Desporto e democracia

(...) Não irá faltar quem diga que com este Encontro de desportistas pretendemos fazer política ou dar às actividades desportivas um cariz político. A nossa vida é feita de actos políticos e faz política quem diz que não é político ou que nada quer com a política. Efectivamente, o desporto tem um conteúdo de classe e é bem diferente um desporto de massas, acessível a todos, ao serviço de todos, e um desporto de elite, apatnagio de alguns, postos ao serviço dos monopólios, dos latifundiários, do imperialismo, do colonialismo.

A nossa presença aqui, hoje, é realmente um acto político, na medida em que pretendemos contribuir para tornar o desporto um direito do povo.

Iniciativas como esta são tanto mais importantes quanto é certo que durante dezenas de anos o fascismo tentou afastar o povo da prática do desporto mas servindo-se deste como forma de alienar as populações e as pessoas, dividindo-as por clubes e não pela sua condição de explorados e exploradores.

Tentavam através fundamentalmente do Futebol alienar as massas, distorçê-las do seu quotidiano de obscurantismo e de miséria, desarmá-las e desviá-las da luta contra o fascismo. Por todas as formas apregoavam a apolitização do desporto para, servindo-se dele, melhor realizarem a sua política fascista e antidesportiva.

Foi assim que um dia o fascista Ayaia Boto teria dito: "a situação política é delicada, é preciso organizar uns bons jogos internacionais".

Não era por casualidade que à frente de grandes e pequenos clubes estavam colocados destacados fascistas como Américo Tomás, Góis Mota, Casal Ribeiro, Vieiras de Brito, Champalimaud, Pinto de Magalhães, Tenreiro, etc., etc.

(...) As enormes e constantes tarefas que a revolução tem posto ao movimento popular e aos democratas, o empenhamento destes na defesa da democracia, não tem permitido que tenhamos até agora dado ao desporto toda a importância que ele merece.

Alguma coisa se fez no entanto. O Encontro do PCP sobre o desporto, em Março deste ano, por exemplo, que contou com a contribuição e participação de centenas de desportistas, foi de grande importância no traçar das linhas fundamentais que preconizamos e reivindicamos para o desporto.

No Portugal de Abril parece-nos, no entanto, que há ainda quem continue a perfilhar Ideologias e concepções ligadas ao passado fascista, tanto a nível do aparelho de Estado como a nível dos grandes clubes, nomeadamente procurando aproveitar-se de todos os grandes valores que vão surgir para a alta competição, pouco ou nada fazendo para os criar ou forjar.

Assiste-se, por outro lado, ao abandono ou desinteresse crescente de certas modalidades onde o profissionalismo é dispendioso e não lucrativo. É talvez o caso do ciclismo, em que há grandes clubes que abandonaram a prática do ciclismo profissional e a par disso o amadorismo da modalidade.

É também frequente ouvir, da boca de alguns: "aquilo não há política partidária mas apenas clubista". Dizem-no mas procuram afastar de cargos directivos os que defendem certa política desportiva, para que eles possam continuar a sua política de alienação desportiva. São os mesmos que defendem o princípio antidemocrático de um sócio ter direito a vários votos, num claro princípio selectivo de classe que visa conduzir à transformação dos clubes em sociedades financeiras.

Devemos, entretanto, reconhecer que o sectarismo dos que combatem o desporto é tão prejudicial como as posições dos que periferizam um desporto para elites.

(...) Os que combatem (ou combatiam) a prática desportiva, considerando essa prática como incompatível com a actividade política ou os que defendem (ou defendiam) que o desporto e o clubismo estão acima de qualquer política, todos esses estão a defender (ou defendiam) uma posição errónea, uma posição que só na aparência é oposta, na medida em que tais ideias

convergem para uma posição coincidente: uns e outros, objectivamente, opõem-se ao desenvolvimento da prática desportiva pelas grandes massas da juventude e colocam barreiras ao princípio político de tomar o desporto um direito do povo, tal como está consagrado na Constituição.

Com os exemplos citados tentamos demonstrar que mesmo no campo desportivo também há alternativas políticas, mesmo quando se diz não querer fazer política.

O PCP defende claramente o princípio político de tornar o desporto um direito do povo e defendemos essa política porque consideramos a cultura física, a formação cultural, o desporto em geral, como factores que se interligam e se associam à luta contra a miséria, contra o desemprego e o obscurantismo, por uma vida melhor e feliz para todos os portugueses.

A luta pelo desporto direito do povo é uma luta que pode desenvolver-se de múltiplas formas e em sectores diversos, a nível do Governo e dos outros órgãos do poder, assim como, e principalmente, a nível das massas populares e por todos os desportistas.

É uma luta onde cabem, e é desejável que cabam, todos os que praticam uma qualquer modalidade desportiva, todos os associados e "carolais" dos clubes desportivos, independentemente das suas filiações partidárias ou tendências políticas.

A posição de cada partido político relativamente ao desporto deve atêr-se por aquilo que cada um diz e, muito mais ainda, por aquilo que cada partido faz ou não faz. É neste campo — como aliás em muitos outros — o PCP não aceita quaisquer confrontos. Para usar uma linguagem desportiva quem poderíamos dizer que, no plano do desporto, o PCP não tem quaisquer competidores. Somos o único partido que de forma regular promove variadas realizações desportivas envolvendo diversas modalidades. Realizações que por vezes abrangem dezenas de milhares de desportistas, como foi o caso das realizações promovidas aquando da Fesa do "Avante!" e que se estenderam a muitas regiões do país.

No campo da actividade desportiva, como em tudo o mais, somos coerentes e juntamos os actos às palavras. Defendemos que o desporto se torne um direito do povo mas, por isso pensamos que uma das formas de contribuímos para conquistar esse direito reside no desenvolvimento da cultura física e da prática desportiva, esforçamo-nos por organizar, por promover, ou simplesmente incentivar, as mais diversas competições ou exposições desportivas. É por isso que é difícil haver hoje qualquer realização festiva do PCP que não envolva actividades desportivas abrangendo crianças, jovens e outros escalões etários (...)

(Octávio Pato, em Lisboa)

Votar PS é votar no escuro

O PS perdeu nas últimas eleições 500 mil votos à escala nacional e, depois disso, muitos e muitos milhares de pessoas se desiludiram do PS. Ora é indispensável que estes votos não se percam, é necessário recuperar para a esquerda, para a APU, o maior número possível destes votos. E isso depende em grande parte do trabalho de esclarecimento de cada um de nós, de cada um de vós, de cada um dos que já se decidiram a votar na APU.

Dizem-me que aqui no Porto há operários têxteis que nunca votaram na direita, que sempre votaram PS, mas que, agora, desiludidos pelo PS dizem que não vão votar. É indispensável esclarecer estes trabalhadores de que não devem deixar de votar e de que o seu voto útil é no Partido que sempre defendeu, defende e defenderá os trabalhadores, é o Partido dos trabalhadores, no PCP, e, portanto, na APU de que o PCP faz parte.

Nos meios sindicais do Norte é habitual os trabalhadores dizerem que votar nos comunistas é votar no seu porta-moedas. E,

Actividades do Partido

● **Assembleia em Beringel** — Com a presença de 100 delegados e outros tantos convidados realizou-se no passado dia 27 de Outubro, na Casa do Povo de Beringel (Beja), a 1.ª Assembleia da Organização da Freguesia de Beringel do PCP.

Após a análise e discussão do relatório da actividade do Partido na localidade foi eleita, por unanimidade, a nova Comissão de Freguesia, cuja composição social é a seguinte: 2 empregados, 6 trabalhadores agrícolas, 7 operários e 1 pequeno industrial. Encerrou a Assembleia o camarada José Silva, membro da Comissão Distrital de Beja do PCP.

● **Apresentação de candidatos** — Também no passado dia 27 de Outubro a Comissão de Freguesia de S. André (Barreiro) realizou no Grupo Recreativo da Quinta da Lomba uma sessão de apresentação dos candidatos da APU à Assembleia de Freguesia e na qual participaram mais de 400 pessoas.

Os candidatos da APU à Assembleia de Freguesia do Barreiro foram apresentados no mesmo dia numa sessão que decorreu nos Ferrovários com a presença de cerca de meio milhar de pessoas.

Idêntica sessão foi realizada no Lavrado para apresentação dos candidatos à respectiva Assembleia de Freguesia. Cerca de 400 presenças.

Entretanto, nessa mesma fim-de-semana por todo o Barreiro foram efectuados contactos directos com a população, no sistema porta-a-porta, que se saldou por um resultado positivo, tanto na recolha de milhares de assinaturas de apoio à APU, como na angariação de fundos destinados às despesas da campanha eleitoral.

● **Comissão Concelhia do Barreiro** — Realizou-se em 22 de Outubro a reunião da Comissão Concelhia do Barreiro do PCP, nela tendo sido abordados problemas de organização e ainda o trabalho eleitoral a desenvolver. Neste primeiro ponto foi

analisada a importância do recrutamento, como tarefa constante no Partido e, nomeadamente, no momento actual. Foi igualmente analisado o documento apresentado na anterior reunião pela Comissão da Organização Concelhia e no qual se apontam metas a atingir até Dezembro deste ano, como seja o recrutamento, o aumento da divulgação do «Avante!» e de «O Militante» e ainda a quotização.

No respeitante ao trabalho eleitoral foi focada a necessidade de se reforçar a organização, já que tal reforço terá repercussão em todo o trabalho eleitoral.

● **Reunião Plenária em Almada** — Realizou-se no sábado passado, nas instalações da Academia Almadense, uma reunião plenária da Comissão Concelhia de Almada do PCP alargada a todas as organizações e durante a qual foram debatidos essencialmente as tarefas da organização — recrutamento, fundos e quotizações, materiais do Partido e necessidade de uma maior difusão — e ainda os próximos actos eleitorais.

● **Sessões no concelho de Almada** — Com vista às próximas eleições intercalares para a Assembleia da República diversas têm sido as sessões de esclarecimento realizadas pelo PCP no concelho de Almada. Ainda recentemente, no dia 2 deste mês, o camarada Manuel Maia, candidato pelo distrito de Setúbal, participou numa sessão realizada no Monte da Caparica, durante a qual foram apresentados os candidatos para os órgãos autárquicos do concelho e da respectiva freguesia. Também em Murfalcém se realizou uma sessão de esclarecimento, com a presença do cabeça de lista para a Assembleia de Freguesia da Trafaria e outros candidatos à Assembleia Municipal.

● **Campanha de Fundos no Barreiro** — Na proximidade de dois actos eleitorais a Comissão Concelhia do Barreiro do PCP lançou um apelo para uma campanha de fundos, salientando a necessida-

de de um importante suporte financeiro para que as campanhas eleitorais possam obter êxito. Neste sentido e para ajudar a custear as despesas inerentes à Campanha Eleitoral, vai a Comissão Concelhia do Barreiro do PCP lançar uma campanha de fundos no valor de 700 contos. Para já os contributos podem ser entregues no Centro de Trabalho daquela cidade.

● **Mulheres apoiam a APU** — Promovida por um grupo de mulheres da zona da Alta, em Coimbra, realizou-se no passado dia 2, pelas 21 e 30, no recinto do Ateneu de Coimbra, uma sessão de esclarecimento que contou com a presença de Ivone Teles, candidata pela APU pelo distrito de Coimbra às Intercalares, e Raul de Sousa, primeiro candidato da APU à Assembleia de Freguesia de Alameda. O previsível aumento das rendas de casa, o problema da falta de habitação e a situação da terceira idade foram alguns dos temas debatidos.

Também no Calhãbe, no dia 4, se realizou uma sessão promovida por um grupo de mulheres. O encontro decorreu na escola primária do bairro Norton de Matos e contou com a presença de Ivone Teles, da médica Maria da Cruz e do empregado bancário Freitas Simões.

● **Reunião de quadros em Aveiro** — Com a presença do camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do CC do PCP, realizou-se no passado dia 4 de Novembro uma reunião de quadros do Partido do distrito de Aveiro, a qual contou com a presença de 150 camaradas. No final da reunião foi aprovado o Manifesto Eleitoral do PCP para o distrito.

● **Iniciativas na Beira Litoral** — Mais de um milhar de pessoas participaram no último fim-de-semana em diversas iniciativas levadas a cabo pela organização do PCP na Beira Litoral. Manifestando uma crescente confiança no PCP e nas listas da APU, o entusiasmo e intervenção activa das

pessoas foram a nota dominante da sessão realizada em Oliveira de Azeméis, na qual falou o camarada Vital Moreira, candidato da APU pelo círculo de Aveiro e deputado do PCP. No final actuou o grupo «Unidade» para o agrado dos presentes.

Por outro lado, em Pedrúria e Sé Velha (Coimbra) realizaram-se convívios com as populações das respectivas zonas, tendo sido apresentados os elementos que compõem as listas da APU às Assembleias de Freguesia, respectivamente de Santa Cruz e Alameda. Nesta última, aliás, a grande participação da população local atestou o crédito e confiança que a APU lhe merece, assente na experiência de três anos de gestão à frente da Junta de Freguesia, apesar de todos os entraves que lhe foram colocados pela coligação de direita com o PS. Na Pedrúria e também em Ceira, freguesia do concelho de Coimbra, o camarada Jorge Leite, deputado do PCP e primeiro candidato da APU pelo círculo de Coimbra, teve oportunidade de desmascarar o que tem sido, nos últimos anos, a política de direita e os seus resultados. Em todas estas sessões actuou o Grupo de Cordas e Cantares do Ateneu de Coimbra.

● **Iniciativas em Santarém** — De 30 de Outubro a 4 de Novembro, a Organização Regional de Santarém levou a cabo 12 sessões e comícios, integrados no trabalho de propaganda com vista às próximas eleições intercalares, iniciativas que contaram com a presença de 1660 pessoas. Realizaram-se ainda acções de porta-a-porta e de distribuição de propaganda, com mais de duas mil pessoas abordadas. Nos concelhos de Coruche e Alpiarça já se levaram a efeito, entretanto, 44 sessões que mobilizaram 3 mil pessoas. Em Alpiarça, uma confraternização com trabalhadores das UCPS e trabalhadores do Sector dos Transportes de Lisboa registou a participação de mais de 500 pessoas.

Assembleia da Célula da Quimigal

A 3.ª Assembleia da Célula da Quimigal/Barreiro do PCP decorrerá no próximo sábado, dia 10, a partir das 14 e 30, nas instalações da Casa da Cultura.

A ordem de trabalhos para a reunião inclui a apreciação e discussão do relatório do secretariado cessante e a eleição do novo secretariado da célula.

Reuniões importantes

● **Militantes de cooperativas** — Realiza-se amanhã, às 21.30 horas, na Sala 311 do Centro de Trabalho Vitória, na Avenida da Liberdade, uma reunião de militantes das Cooperativas de Produção Industrial (metalomecânicas e eléctricas).

Camaradas falecidos

JOSÉ RODRIGUES PERES — Com 61 anos de idade, faleceu no passado dia 26 de Outubro o camarada José Rodrigues Peres, velho militante comunista que aos 16 anos conheceu a primeira prisão, tendo, em 1936, sido enviado para Angra do Heroísmo, onde cumpriu quatro anos de prisão. Retomando a sua actividade política depois da libertação, foi activista do MUD e do MND e, mais tarde, militante do PCP na

organização de Alcântara. Após o 25 de Abril trabalhou activamente no apoio à Reforma Agrária e foi fundador e dirigente da CFAARA.

JOAQUIM SEBASTIÃO CASTELO E SILVA — Vitimado por grave e prolongada doença, faleceu no passado dia 2 de Novembro, o camarada Joaquim Sebastião Castelo e Silva, natural do Entrancamento e que contava 53 anos de idade.

Cartões do Partido

Recordamos aos camaradas aceites como membros do Partido há mais de um mês e que ainda não têm o cartão, que devem, o mais depressa possível, contactar pessoalmente ou por escrito a Comissão Central da Organização, organismo onde devem expor o seu assunto. A CC da Organização funciona na Rua Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa, Codex.

RÁDIO VARSÓVIA EM PORTUGUÊS

Rádio Varsóvia transmite diariamente em português nos seguintes horários e frequências (hora de Lisboa): pelas 22 horas, em ondas curtas, 31 e 41 metros, frequências de 9675 Khv e 7285 Khv; pelas 5 horas e 30, em ondas curtas, 41 e 49 metros, frequências de 7270 Khv e 6135 Khv, em ondas médias, 200 metros. O endereço de Rádio Varsóvia é 00-950, Caixa Postal 46, Varsóvia.

Álvaro Cunhal nos distritos de Portalegre, Castelo Branco, Guarda e Vila Real

Através de vários distritos - Portalegre, Castelo Branco, Guarda e Vila Real -, a visita que o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, realizou no passado fim-de-semana, semeada de encontros com as populações, sessões de esclarecimento, comícios, foi uma autêntica viagem ao país onde a democracia cresce e onde cresce o desejo de defender os conquistas de Abril.

Em zonas tão diferentes como as do Alentejo, onde os trabalhadores se batem pela Reforma Agrária, como a das Beiras e de Trás-os-Montes, onde os pequenos agricultores se defendem das prepotências do caciquismo e os rendeiros, se defendem da voragem dos senhorios ricos, onde os operários têxteis e os mineiros alçam vitórias de unidade contra a exploração capitalista, numa viagem onde, durante três dias, rumo ao Norte, mudava a pronúncia das palavras gritadas nos comícios e nos encontros, não mudou o caloroso apoio que os trabalhadores e a população dispensaram ao camarada Álvaro Cunhal, ao Partido Comunista, à Aliança Povo Unido, não mudou o ambiente de confiança de que, nas próximas eleições, o povo português vai bater de novo a direita, vai manter os democratas em maioria na Assembleia da República, vai reforçar a representação dos comunistas naquele órgão de soberania, vai eleger muitos mais democratas do Povo Unido para os órgãos autárquicos.

Em Monforte, no largo frente à Câmara, a noite fresca que começara, não impediu algumas centenas de pessoas de se aglomerarem junto de uma camioneta, sobre a qual o secretário-geral do PCP lhes falou, num breve encontro durante, o qual explicou os objectivos das próximas eleições.

Vamos dar uma lição aos reacçãoários de Monforte!

Com estas palavras finais, pronunciadas na despedida, os aplausos estalarão do lado da pequena multidão, onde sobressaia a presença de muitas mulheres e jovens.

Os jovens apoiam

Em Portalegre, o cinema foi pequeno para conter todos os que quiseram estar com a Aliança Povo Unido. Também ali era notável a presença de muitos jovens. Durante a sessão, que foi mais comício, entre outros oradores e antes do camarada Álvaro Cunhal, um jovem tomou a palavra. E outros comícios, outros jovens, candidatos da APU, subiram às tribunas e falaram dos problemas da juventude e da maneira de os resolver. Muitos dos que falaram, muitos dos que assistiram, muitos dos que formularam perguntas, têm agora a idade de votar, eram adolescentes quando o 25 de Abril lhes abriu a perspectiva de um futuro melhor e hoje batem-se por ele, com o entusiasmo e o fogo que a juventude põe nas suas esperanças e nos seus actos.

Ao ver o entusiasmo nesta sala - disse Álvaro Cunhal quando foi a sua vez de tomar a palavra - «mais se confirma a nossa ideia de que, nas próximas eleições, tanto para a Assembleia como para as autarquias, a reacção vai ser derrotada e a APU vai sair vencedora».

As mulheres na luta

Isto agora está mais claro - disse uma mulher, de entre as muitas que, em Galveias, logo pela manhã de sábado, esperavam o secretário-geral do Partido - Há partidos que apareceram aí para enganar, mas agora já não vão enganar tanta gente!

Foi o diálogo. Sobre um tractor, no largo da povoação, centenas de trabalhadores escutaram a curta intervenção de Álvaro Cunhal. É pena - disse - que este encontro não permita que conversemos melhor, que eu esteja aqui a falar ao microfone e os camaradas a ouvir. Mas o tempo de que dispomos não é muito.

Estas palavras, ouvimo-las muitas vezes. Ao longo de uma viagem, foram muitos os milhares de pessoas que participaram nos breves encontros que logo se transformavam em sessões, em várias sessões que logo eram comícios, apesar das centenas de questões postas pela assistência e respondidas, num esclarecimento que ajudou a fazer compreender melhor os objectivos dos comunistas, as suas propostas para defender a democracia.

Em Galveias, onde o entusiasmo vibrante à chegada deu lugar ao profundo silêncio de atenção, que nem mesmo as motocicletas que chegavam ao largo onde começava o mercado matinal quebravam, porque os trabalhadores desligavam as suas máquinas antes mesmo de parar, foram as mulheres quem mais firmemente garantiu que os resultados nas próximas eleições vão ser substancialmente diferentes.

Eles até prometiam salários às mulheres que ficavam em casa, o camarada Mas agora isto está mais claro!

Em Benavila, onde a Junta é PS, Álvaro Cunhal perguntou: Não teremos nós defendido os interesses dos trabalhadores e do povo? Se assim não foi que nos digam, que nos critiquem, que digam como deve o PCP defender os interesses do povo. O PCP tem os ouvidos abertos às propostas dos trabalhadores, não existe para defender interesses partidários, existe, e assim tem sido ao longo da sua história, para defender o nosso povo e a nossa pátria. Também em Benavila, os aplausos dizem que, hoje, como em muitos lugares, os resultados vão ser muito diferentes.

De abraço em abraço

Seda não estava no programa. Mas, no caminho para Alter, vindos de Galveias, num cruzamento, os camaradas já tinham tudo preparado. Tinha de se passar por Seda. E aí, de abraço em abraço, o camarada Álvaro Cunhal foi convidado a visitar as instalações da Cooperativa. Um camarada da Comissão de Freguesia do PCP, também trabalhador da Cooperativa Agrícola da Liberdade, abriu uma garrafa de espumante. Emocionado com a visita, apenas nos quis dizer que tinha esperança na vitória das eleições. Estou convencido. É cá uma vontade de comunista...

Num lugar onde mais de seis reservas foram espalhadas aos trabalhadores, que têm defendido firmemente a Reforma Agrária, ao tomar a palavra, à sombra de uma árvore, Álvaro Cunhal saudou em nome do Comité Central os valentes trabalhadores de Seda. E, se a chegada foi vibrante, à partida, os gritos de «Viva a Reforma Agrária», «PCP/APU!» ficaram a ecoar na estrada a caminho de Alter do Chão.

Aí, no largo junto ao castelo, já se encontravam à espera muitas centenas de pessoas. Em Nisa, mais tarde, a Casa do Povo transbordava. Brevemente palavras introdutórias, explicando as ideias do Partido sobre a situação política e as eleições próximas, desmascarando as campanhas da reacção, as hesitações dos dirigentes do Partido Socialista, a divisão dos «esquerdistas», demonstrando por que é que os trabalhadores, mas também os pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais e outras camadas da população que estão com Abril e contra os monopólios e as suas formas de dominação, devem votar na APU.

Os votos inúteis

Pouco faltou para nas anteriores eleições se eleger um deputado do PCP no distrito de Castelo Branco - lembrou Álvaro Cunhal na capital daquele distrito da Beira Interior, aludindo aos votos inúteis que os «esquerdistas» obtiveram.

A sessão, que decorreu no amplo salão, completamente cheio, de uma Escola, e durante a qual se anunciou que desta vez, o Povo Unido concorre à três vezes mais freguesias que em 1976, foi coroada de uma verdadeira avalanche de perguntas, feitas oralmente ou por escrito. Problemas políticos, problemas sociais, culturais e, até, a religião, de que a direita pretende fazer uma questão política, foram objecto de perguntas diversas que o secretário-geral do PCP sistematizou e a que respondeu, colhendo o aplauso unânime dos presentes, comunistas ou não. E no Fundão também assim foi, no salão do Casino onde centenas de pessoas aguardavam, havia mais de meia hora, a chegada de Álvaro Cunhal. Ali como noutros lugares, foi visível a preocupação dos presentes pela indefinição política do PS.

Os dirigentes do PS dizem que não têm satisfações a dar ao PCP nesta questão. E nós podemos estar de acordo, que não nos devem satisfações. Mas pensamos que devem satisfações aos eleitores e ao povo português! - sublinhou Álvaro Cunhal.

No meio de um entusiasmo difícil de descrever, milhares de pessoas acolheram o dirigente comunista no pavilhão da FAEC, na Covilhã. «Avante, camarada!», vibrou no pavilhão, logo no início desta primeira grande realização pública depois da criação recente da

Direcção da Organização Regional da Beira Interior. E, quando o camarada Carlos Pinheiro, da DORBI e do Comité Central anunciou que a APU concorre a todas as 28 freguesias do concelho, sendo a única organização política a fazê-lo, a explosão de aplausos, demonstrou bem o empenhamento de todos quantos ali se encontravam em conseguir levar a voz do Povo Unido a todos os órgãos autárquicos.

Povo Unido na lapela

No domingo a primeira etapa foi Seia. De novo as perguntas e as respostas de um diálogo esclarecedor. Depois Gouveia. À medida que se avançava para o Norte e os montes se tornavam mais agrestes e onde o caciquismo tenta manter as populações afastadas da discussão dos problemas e da participação na vida democrática, poder-se-ia esperar menor receptividade à palavra dos comunistas. Mas não. De autocolante da APU na lapela, as salas enchem-se, os encontros repetem-se e, no final, muita gente parava nos largos, comentando a sessão, com as cores do Povo Unido bem visíveis nos emblemas.

Passado o Douro, foi Régua a primeira paragem. No terreiro de frente do Tribunal, o encontro com a população. Era gente de mais para a pequena instalação sonora improvisada em cima de um carro. Do Alentejo ao Norte, os mesmos abraços, o mesmo grito «PCP/APU!», o mesmo carinho para o Partido dos trabalhadores que, aqui, na Região do Vinho do Porto, se traduziu na oferta ao PCP de um «rebelo», o barco típico, e outras prendas que lembram o trabalho da zona e que irão para o museu do Partido.

Logo a seguir, São João de Lobrigos, uma pequena terra.

Esta terra é pequena mas já é conhecida noutras regiões do país, disse Álvaro Cunhal saudando o povo que se aglomerou numa sala pequena demais para tanta gente.

Aqui estão só pobres, camaradas, não há CDs nem PPDs! - falou um dos trabalhadores presentes. E o dirigente comunista respondeu: Mas até podiam estar, se fossem trabalhadores, porque nós não defendemos só os comunistas, mas defendemos os interesses de todos os trabalhadores.



Vila Real



Covilhã

A visita foi curta. Fique mais um bocadinho, camarada - diziam. Ou então: O sr. Doutor, fique conosco, tome qualquer coisa com a gente. Comunistas ou não, as pessoas queriam ficar ali muito mais tempo a debater problemas, alinhavar perspectivas. Olhe que nunca cá tinha vindo um dirigente político...

Mas o tempo era curto. Rumo a Vila Real. Estrada de curvas, para Trás-os-Montes. Nas bermas das povoações atravessadas havia gente que levantava o punho, que acenava para os carros decorados com as bandeiras do Povo Unido.

Eia, comunistas!

A entrada de Vila Real, onde no mesmo momento, se desenrolava um comício dos pequenos chefes da aliança reacçãoária, vimos uma camioneta com a bandeira azul das ilusões monárquicas que trouxera à capital do distrito, arrebanhada à pressa, alguma gente para o comício da direita. Os dois carros do Povo Unido deram a volta à cidade. Duas mulheres gritaram de uma porta: Eia, comunistas! É assim mesmo!

No grande pavilhão gimnodesportivo, muitos milhares de pessoas aguardavam. E o comício, que foi também a primeira grande realização política da nova Direcção da

Organização Regional de Trás-os-Montes e a que assistiu o camarada Ângelo Veloso, suplente da Comissão Política, apresentou os candidatos da APU pelo distrito: homens, mulheres e jovens, desde o operário ao empregado, do agricultor ao professor, saudados vibrantemente.

Antes do discurso de Álvaro Cunhal, um orador, que anunciou ter o Povo Unido conseguido duplicar, no distrito, o número de freguesias a que concorre, falou do papel das outras formações políticas, da responsabilidade que tanto o CDS como o PPD tiveram nos últimos governos, das promessas dos socialistas e da sua actuação que tem servido a direita.

A política do PS e as suas hesitações - referiu - lembra a história da lagartixa ao atravessar a estrada. Para não ficar sem o rabo acabou por ficar sem a cabeça...

Votar Povo Unido contra a reacção, gritou-se no comício.

E, no seu discurso, a encerrar uma viagem que foi um esclarecimento e um diálogo contínuo com o povo, o camarada Álvaro Cunhal disse:

Essa palavra de ordem pode resumir toda a nossa campanha. Não basta, porém, gritá-la. É preciso transmitir essa disposição a muitos mais.



Castelo Branco



Portalegre

Sobre o voto útil

O voto na Aliança Reaccionária - o voto para uma nova ditadura

O voto na Aliança Reaccionária é o voto numa política de restauração da exploração e tirania dos grandes monopólios e latifundiários, de destruição do regime democrático e de instauração de uma nova ditadura.

O programa do PPD e do CDS não deixa lugar a quaisquer dúvidas. A par de palavras demagógicas relativas ao melhoramento das condições de vida, todas as medidas concretas proclamadas significam que, se o PPD e o CDS ganhassem as eleições e formassem governo, decretariam uma política feroz de baixa dos salários reais, de aumento acelerado dos preços, de diminuição das regalias sociais, de despedimentos em massa, de repressão patronal nas empresas, de que temos já hoje numerosos exemplos, mas que seria erigida em «direito» reconhecido por leis PPD/CDS. Um governo PPD/CDS teria como objectivos liquidar a Reforma Agrária a curto prazo, ocupando militarmente o Alentejo, prendendo, espancando e matando, com vistas a restaurar os latifundiários e o poder dos latifundiários com a velha agricultura dos imensos campos abandonados, e por cultivar e seis meses anuais de desemprego para os trabalhadores.

Um governo PPD/CDS facilitaria a imediata criação de bancos privados como primeiro passo para a liquidação da banca nacionalizada, a reprivatização de grande número de empresas nacionalizadas, e a reposição, como donos de Portugal, dos Mellos, dos Champalimaud, dos Espírito Santo e de algumas outras famílias que amontaram fortunas de milhões de contos à custa do trabalho, do suor, da miséria, dos sofrimentos, da vida de todo o povo trabalhador.

No que respeita à Comunicação Social, um governo PPD/CDS significaria a transformação da Televisão, da Rádio, dos jornais estatizados em monopólios desses partidos, em armas de mentira e de calúnia, de desinformação sistemática, de diversão ideológica, de intolerância, de ódio ao povo, de anticomunismo primário, da propaganda de ideais fascistas e fascizantes.

Sabe-se que os partidos reacçãoários conseguiram uma verdadeira purga geral de comunistas de quaisquer cargos de responsabilidade nos órgãos de comunicação social estatizados.

Sabe-se que o governo Mota Pinto, com o seu ministro fascizante Promeça de Carvalho, com os aplausos, louvores e incitamentos constantes do PPD/CDS, demitiram, sanearam, expulsaram quem muito bem entenderam (incluindo socialistas) para entregar postos chave de chefia, direcção e orientação à gente do PPD e do CDS. Sabe-se que a Televisão e a Rádio continuam no essencial nas mãos destes partidos reacçãoários, dando um vergonhoso e revoltante exemplo de parcialidade e indignidade na informação. Mas bastou que alguns dos trutas do PPD e do CDS fossem substituídos, para o PPD e o CDS protestarem, gritarem no dia 31 de Outubro que o governo está a «ingerir-se» na Comunicação Social estatizada e exigirem a demissão do ministro!

PPD e CDS de democráticos têm só os nomes. Todos os seus planos, as suas ideias, os seus métodos, trespassam a fascismo. O que faria um governo PPD/CDS está à vista de quem queira ver. Um governo PPD/CDS seria a política inconstitucional, ilegal, arbitrária, violenta do governo Mota Pinto multiplicada por dez ou por cem.

O governo Mota Pinto fica na recordação dos portugueses como um governo fascizante, sem quaisquer escrúpulos, violando ostensivamente a Constituição e as leis, recorrendo sadicamente à repressão, empurrando ódio aos trabalhadores e ao povo em geral, que procurou explorar ao máximo para dar milhões de contos aos grandes capitalistas e agrários.

Um governo PPD/CDS liquidaria as liberdades e direitos dos cidadãos, proibiria de facto a greve, autorizaria o «lock-out», faria uma nova lei eleitoral, tentaria proceder à farsa de um referendo e à revisão inconstitucional da Constituição.

O PPD e o CDS não sabem nem querem respeitar as normas democráticas e a legalidade democrática. Bastou que a APU impugnasse junto do Tribunal a ilegalidade da candidatura do cabeça de lista PPD na Madeira, porque esse senhor fez parte dos serviços de censura fascista, (impugnação à qual o tribunal deu provimento) para que logo o PPD anuísse que iria considerar a legalização do PCP!

Esta afirmação é ridícula. Mas tem o mérito de mostrar quais são os projectos e planos do PPD/CDS e o que fariam estes partidos se viessem a constituir governo.

Um governo PPD/CDS seria o perigo iminente de uma nova ditadura. O voto no PPD/CDS, na Aliança Reaccionária, intitulada «Aliança Democrática», é um voto contra o povo, contra a democracia, contra a independência nacional, pelo regresso aos negros anos de ditadura fascista.

Nós confiamos em que vastas zonas do povo português, que, em certo período, se deixaram enganar pelos partidos reacçãoários, ou cederam às pressões, coacções e ameaças,

agora compreendem a verdadeira política desses partidos e por isso lhe não darão o seu voto.

Confiamos em que o PPD/CDS e acólitos na Aliança Reaccionária, continuarão sendo uma minoria, sofrendo assim uma nova derrota estrondosa que cortará o passo aos seus planos golpistas de destruição da democracia portuguesa.

O voto no PS - o voto no desconhecido

O voto no PS é um voto inseguro e incerto, é um voto no desconhecido.

Na verdade quem vota no PS não sabe em que política vota. Um democrata que vote no PS nem sequer está seguro de que o PS irá realizar uma política democrática.

Ninguém sabe, e os dirigentes do PS não o dizem, o que vai fazer o PS depois das eleições. É absolutamente certo que o PS vai ficar em minoria e é mesmo provável que o PS baixe a percentagem de votos e fique com um número de deputados inferior aos 107 alcançados em 1976.

Não tendo maioria para formar governo, como considera o PS a formação do governo após as eleições?

Sendo indispensável para que um governo governe uma maioria na Assembleia da República, pelo menos para não rejeitar o Programa do Governo, com quem pensa o PS formar essa maioria?

Não tem muito por onde escolher. Ou se alia novamente à direita, ao PPD, ao CDS, ou aos dois partidos reacçãoários, ou se alia à esquerda, ao PCP.

Ou desiste o PS de participar na formação do novo governo? E nesse caso qual vai ser a sua atitude? Vai deixar passar na Assembleia um governo minoritário PPD/CDS, tal como fez com o governo Mota Pinto?

O PS não esclarece este questionário de capital importância para que os eleitores possam em consciência votar no PS. Não faz qualquer promessa, não dá qualquer garantia de que se não vai aliar novamente ao PPD e ao CDS como fez de 1975 a 1978.

Pior ainda do que isso. Dirigentes do PS, incluindo o seu secretário-geral, ao mesmo tempo que dizem combater a Aliança Reaccionária, vão dizendo que com o PCP será impossível qualquer aliança porque os programas dos dois partidos são «antagónicos» mas que com o PPD será possível um acordo governamental.

Que significa isto?

Terá o PS esquecido a experiência dos últimos anos? Terá esquecido que o PPD e o CDS, depois de terem explorado até ao tutano a política de direita do PS, rastrearão o PS, marginalizarão-no do governo, do aparelho do Estado, dos órgãos de Comunicação Social, andando para a frente com o governo Mota Pinto, formando a Aliança Reaccionária e pondo como programa a liquidação do regime democrático?

Ou quererá de facto o PS voltar a uma coligação com o PPD e com o CDS, para o prosseguimento duma política de pacotes, de congelamento dos salários, de aumento do custo de vida, de ruína das pequenas e médias empresas, de indemnizações aos grandes capitalistas e latifundiários, de envidramento externo, da Lei Barreto, da lei dos senhorios ricos, e das outras leis da contra-revolução legislativa, da ofensiva violenta contra as nacionalizações, contra a Reforma Agrária, contra os pequenos e médios agricultores, contra os direitos dos trabalhadores e das classes laboriosas do país?

Se é para tal política e para tais alianças, o voto útil na democracia não é nem pode ser o voto no PS.

A política de alianças do PS em diversos domínios da vida nacional reforça as preocupações e incertezas acerca do que possa fazer o PS após as eleições.

Não aprovou o PS, com o PPD e o CDS essa lei sobre Comissões de Trabalhadores que viola grosseiramente o direito de trabalhadores por empresa, mesmo que esta seja geograficamente muito dispersa? que limita até ao absurdo o número de membros das comissões? que exclui do controlo de gestão importantes sectores de actividade das empresas? que sujeita os membros das comissões ao poder disciplinar da entidade patronal?

Não levou o PS à Assembleia da República o projecto de lei Gonelha, que pretendia submeter as organizações sindicais ao figurino único da Misca-Madisca-Carta Aberta-UGT, que regulamenta com uma minúcia idiota a composição dos órgãos e a periodicidade das reuniões, que permite a pulverização sindical com a formação de sindicatos com 20 sócios, que estabelece nas direcções dos sindicatos o princípio totalitário de que só os fundadores do sindicato podem eleger e ser eleitos para o Congresso e órgãos dirigentes, que reduz drasticamente os direitos sindicais dos trabalhadores nos locais de trabalho?

Não continua o PS, partido que se diz de trabalhadores e socialista, aliado com o PPD e o CDS, partidos do grande patronato, nesse triste empreendimento de divisão dos trabalhadores e do movimento sindical, de frete ao patronato e ao imperialismo, que depois de se ter chamado Carta Aberta, Misca, Madisca, CDT, UDTP, acabou por adoptar o nome UGT, que se calhar qualquer dia dá ainda lugar a outro?

Não dá o PS cobertura à acção divisionista dessa pretensa central sindical que pela boca do sr. Torres Couto vem agora afirmar ao jornal reacçãoário «Tempo» (para o patronato confiar e pagar e para os trabalhadores se fiarem), que a UGT já é maior que a Intersindical?

Todas estas indefinições, atitudes e actividades do PS tornam completamente incerto e inseguro o voto no PS.

Votando no PS ninguém sabe se vota na democracia ou contra ela.

Nos tempos insistido numerosas vezes em que o PS esclareça definitivamente esta questão. E como o PS continua a ter como única resposta que não têm satisfações a dar ao PCP, nós continuamos e continuaremos até ao fim da campanha a afirmar: 1.º, que se o PS não tem que dar satisfações ao PCP, tem o dever absoluto de as dar ao povo português, ao eleitorado, para que aqueles que se sintam inclinados a votar no PS o façam em consciência; 2.º, que o voto no PS não é o voto útil na Democracia, mas sim um voto incerto e inseguro, um voto no desconhecido.

O voto nos esquerdistas - o voto perdido

O voto nos esquerdistas é um voto politicamente errado e eleitoralmente perdido.

Politicamente errado, porque os esquerdistas constituem uma força divisionista, cuja actividade tem sistematicamente exercido os objectivos da reacção.

As suas palavras são muito revolucionárias, mas as suas actividades tendem todas a dividir e a enfraquecer o movimento operário e popular e a combater a força política mais válida e consequente na luta contra a reacção, em defesa dos interesses dos trabalhadores e das conquistas de Abril - o Partido Comunista Português.

Se a reacção lança uma campanha desestabilizadora e procura criar um clima de desordem e lançar a ideia de que os «comunistas» preparam o assalto ao poder e que por isso é necessário tomar medidas contra eles e «ilegalizar o PCP», logo os esquerdistas fazem inflamados apelos ao que dizem ser a acção revolucionária, dando assim à reacção, magníficos pretextos para justificar as suas exigências de repressão contra o movimento operário.

Quem não acompanhou os últimos acontecimentos no Alentejo?

Sá Cameiro reconhece a dificuldade de combater o PCP por o PCP ser o partido da Constituição, da legalidade, da ordem democrática? Diz ser mais fácil combater o PCP se este aparece com uma fisionomia subversiva?

Logo a seguir, movidos não se sabe por que cordeis, elementos da GNR assassinam dois trabalhadores (um membro do Partido, outro da UJC) em Montemor-o-Novo e assaltam ferocemente a Corame - espancando os trabalhadores em greve para entregarem de novo a fábrica ao patrão, o que aliás não conseguiram dada a unidade e heroísmo dos trabalhadores?

Os partidos e pasquins reacçãoários desencadeiam imediatamente uma campanha orquestrada atribuindo ao PCP a responsabilidade dos acontecimentos, acusam «grupos de choque armados» do PCP de terem feito uma emboscada à GNR, apresentam falsas fotografias de carros da GNR com impactos de balas, vão ao ponto de acusar os próprios camaradas de terem morto a zagalotes pelas costas os seus próprios camaradas?

A reacção procura assim fazer crer que o PCP (e com o PCP os trabalhadores da Reforma Agrária) é, não o partido defensor da Constituição, actuando no quadro do regime, mas um partido que está criando uma situação pré-insurreccional?

Para corroborar as suas afirmações, provocadoras fazem explodir bombas no Alentejo, atribuindo-as depois aos comunistas?

A reacção procura assim perturbar a situação no Alentejo, criar clima de terror, para impedir que as eleições se realizem dentro da legalidade e na ordem democrática e num clima de tranquilidade que condenará a Aliança Reaccionária a uma estrondosa derrota no Alentejo e permitirá criar uma vitória estrondosa do PCP, da Aliança Povo Unido (APU)?

A situação exige a concentração de esforços para assegurar nas eleições a derrota da reacção, a vitória democrática, o reforço do PCP?

Pois bem. É este preciso momento que Otelo Saraiva de Carvalho escolhe para tentar desmobilizar da batalha eleitoral

e para proclamar que «a liberdade só poderá ser conquistada com o derrubamento violento pelas armas da burguesia dominante» (DN 23.10.79).

Se a reacção define, num momento dado, objectivos políticos essenciais, logo os esquerdistas concentram a sua agressividade nos mesmos objectivos.

Tem sido assim desde o 25 de Abril. Foi assim em 1975. A reacção punha como objectivo central o combate a Vasco Gonçalves para levar à sua demissão.

Os esquerdistas secundaram o ataque, conduziram uma violenta campanha contra Vasco Gonçalves acusando o governo de ser uma «ditadura militar».

E agora? A reacção sofreu uma pesada derrota com a saída constitucional para a crise governativa? O governo Mota Pinto/PPD/CDS foi para a rua como resultado da luta tenaz e infatigável da classe operária e das massas trabalhadoras? Foi formado um governo que não é um peão do PPD e do CDS, que manifesta vontade de dialogar com os trabalhadores, que dá certos garantias de imparcialidade na preparação e realização do acto eleitoral? As forças reacçãoárias descontentes com a demissão de Mota Pinto, recosos das eleições e procurando impedi-las e alterar o seu carácter democrático, procuram ainda desestabilizar a situação, lançam uma campanha contra o governo, pedem a sua demissão?

Os esquerdistas acompanham essa campanha e combatem também o governo.

O grande capital e as forças políticas que o representam fazem uma campanha para a desastrosa integração de Portugal no Mercado Comum, que a dar-se poderá ser um verdadeiro desastre para a economia nacional?

Otelo Saraiva de Carvalho, numa entrevista a «Portugal Hoje» (18.10.79) vem declarar que não recusa a integração no Mercado Comum.

A reacção procura impedir eleições democráticas? Insiste na realização de um referendo (ou seja uma consulta aos eleitores com uma pergunta a que há que responder com sim ou não), que seria nas condições actuais, uma mascarada de sufrágio digno do tempo do fascismo?

D. Roseta, admitindo que o referendo, a ser proposto, seria vetado, afirma ameaçadora que o veto de acordo com a Constituição seria «uma ruptura institucional do Regime» («Tempo» 31.10.79)?

Otelo Saraiva de Carvalho dá-lhe razão, e, na citada entrevista, vem dizer, tal como o PPD e contra o texto constitucional, que a Constituição «permite referendar grandes opções nacionais», que o referendo «é um mecanismo constitucional».

Cito Otelo Saraiva de Carvalho. Mas poderia ter citado os papéis dos grupos esquerdistas.

O voto nos esquerdistas é um voto politicamente errado. Eles falam muito em «unidade popular» em «unidade revolucionária». Mas como podem falar em unidade aqueles que nem sequer sabem manter a sua própria unidade, aqueles que andam sempre à bulha uns com os outros como gatos assanhados, que se dividem, subdividem, tornam a dividir e a subdividir sempre com nomes novos, porque os antigos já estão completamente desacreditados?

Mas o voto nos esquerdistas não é apenas um voto politicamente errado.

É também um voto eleitoralmente perdido. E é perdido porque não fará eleger ninguém.

A debilidade e fraca influência dos grupos esquerdistas não lhes permitem quaisquer esperanças eleitorais. No plano eleitoral ficarão praticamente no zero.

O que sucedeu nas eleições para a Assembleia da República de 1976?

A UDP teve em todo o país 90 000 votos, mas elegeram só deputado. Os votos que teve em vários distritos impediram a eleição de um deputado do PCP e permitiram que fossem eleitos deputados reacçãoários ou do PS.

No distrito de Castelo Branco, em 1976, os grupos esquerdistas, apresentando 8 listas com 8 nomes diferentes, conseguiram no total mais de 8 mil votos que se se tivessem somado aos do nosso Partido teriam permitido que o PCP elegesse um deputado, sobrando ainda cerca de 1000 votos.

No distrito de Braga, os votos que foram para a UDP e o MES, se se tivessem somado aos do Partido, teriam permitido também a eleição de um deputado.

O mesmo sucedeu em Aveiro, onde o voto esquerdista impediu que fosse eleito um deputado do PCP e permitiu a eleição de um deputado do CDS.

Assim se vê claramente que o voto nos grupos esquerdistas é um voto perdido e prejudicial porque enfraquecerá a representação na Assembleia da República dos trabalhadores, dos mais consequentes defensores do Portugal de Abril.

(Extractos da intervenção de Álvaro Cunhal no comício realizado na Covilhã)

ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Adiante!

Ano 49 — Série VII — N.º 303
8 de Novembro de 1979

**Jornal
de parede**

Proletários de todos os países: UNI-VOS!



**Para
derrotar
a reacção**

VOTO ÚTIL NA DEMOCRACIA



As próximas eleições têm um objectivo: derrotar as forças reaccionárias, derrotar a direita, derrotar a aliança do PPD com o CDS, o PPM e todos os outros grupos e grupinhos que se associaram para destruir a democracia e as conquistas do Povo português.

Para atingir o objectivo de derrotar a Aliança Reaccionária há agora também um meio: o voto.

Mas os meios que se usam podem ser utilizados eficazmente ou não: tudo depende da forma como se usam!

A verdade é que para derrotar a direita nas próximas eleições há que votar — mas há que votar bem!

O voto no PS não foi nem é útil. O voto com que se venceu a direita há 15 anos, o voto com que milha-

personas e partidos para termos uma política democrática é necessário que o maior número possível de deputados e vereadores desse Partido seja eleito.

O voto nos esquerdistas elege algum deputado?

É evidente que os esquerdistas são, antes de tudo o mais, uma má política: todo o seu papel ao longo da luta do Povo português tem sido o de dividir, de provocar, de caluniar, de confundir. Mas o seu papel não se fica por aí.

A implantação dos esquerdistas é tão pequena que nunca conseguem ter resultados eleitorais que se vejam: mas esses milhares de votos que não elegem ninguém, acrescentados aos das forças de esquerda e tal como há muitos demo-

O voto na APU, o voto útil na democracia

O voto na Aliança Povo Unido (APU) é o único voto útil na democracia e na liberdade porque:

— é um voto em forças políticas (o PCP e o MDP/CDE) e em homens que, como sempre o demonstraram, não quebram, não dobram na defesa dos interesses populares e da democracia;

— é um voto em forças políticas e em homens que têm dado provas que querem e sabem resolver os problemas nacionais, mas que sabem também que só é possível resolve-los com todo o povo, que, uma vez eleitos, não voltam as costas a quem os elegeu e aos seus interesses. Um voto em forças que lutam por todos os interesses do povo e da democracia.

Vereador do PPD eleito com os votos dos esquerdistas!

O que aconteceu nas eleições para a Câmara Municipal de Évora efectuadas em Novembro do ano passado é um exemplo mais do que esclarecedor da inutilidade dos votos esquerdistas e do aspecto de real apoio à direita que sempre assumem.

Como nos lembramos, nestas eleições (realizadas

depois de manobras dos vereadores PS) estavam em disputa sete lugares de vereadores: após o apuramento, a APU elegeu quatro vereadores, o PPD dois e o PS um.

Os resultados foram obtidos através — como sempre — da aplicação do método de Hondt (de que ao lado está uma explicação do funcionamento) que

proporcionou o primeiro quadro).

Por ele verificamos que o factor que permitiu ao PPD elege o seu segundo vereador (5115:2=2 557) é inferior em apenas 30 pontos ao quinto factor da APU (12 635:5=2 527) correspondendo a 150 votos.

Em contrapartida, também podemos ver que os 534 votos da UDP não

elegeram ninguém (nem tinham aliás a mais pequena hipótese: a UDP para elege um vereador em 7 precisaria de ter cinco vezes mais votos do que o que teve quando a sua maior votação em Évora não chegou sequer a mil nas eleições para a Assembleia da República).

É evidente que a UDP, certa de que não elegeria ninguém, outra coisa não

pretendeu além de dividir os votos da esquerda e assim prestar um inestimável serviço à direita, pois foram os votos da UDP que elegeram o segundo vereador do PPD!

Na verdade, se as pessoas que votaram na UDP tivessem votado utilmente nas forças de esquerda com possibilidades de se opor com eficácia à direita, isto é, na APU, teríamos que a APU veria os seus resultados aumentados em 534 votos e o quadro de distribuição dos vereadores seria a que apresenta o segundo quadro.

Isto é: o PPD teria eleito apenas um vereador e as forças democráticas contrariam com uma esmagadora maioria, nomeadamente a APU que ganharia mais um lugar.

Évora um exemplo do papel dos esquerdistas

Os resultados como foram

Partidos	Resultados	Divisão por 1	Divisão por 2	Divisão por 3	Divisão por 4	Divisão por 5	Divisão por 6	Divisão por 7
APU	12 635	12 635 ¹	6 317 ²	4 211 ³	3 159 ⁴	2 527	2 106	1 805
PPD	5 115	5 115 ⁵	2 557 ⁶	1 705	1 278	1 023	852	730
PS	4 041	4 041 ⁷	2 020	1 347	1 010	808	673	577
CDS	1 280	1 280	640	426	320	256	213	183
UDP	534	534	267	178	133	106	89	76

Os resultados como seriam se os eleitores que votaram UDP tivessem votado APU

Partidos	Resultados	Divisão por 1	Divisão por 2	Divisão por 3	Divisão por 4	Divisão por 5	Divisão por 6	Divisão por 7
APU	12 635 + 534	13 169 ¹	6 584 ²	4 389 ³	3 292 ⁴	2 633 ⁵	2 194	1 881
PPD	5 115	5 115 ⁶	2 557	1 705	1 278	1 023	852	730
PS	4 041	4 041 ⁷	2 020	1 347	1 010	808	673	577
CDS	1 280	1 280	640	426	320	256	213	183

O que é o método de Hondt

Essencialmente, o método de Hondt (uma fórmula matemática que assegura que a distribuição de lugares seja proporcional aos votos expressos) assenta na divisão sucessiva do total de votos obtido por cada partido por um número de factores igual aos dos lugares em disputa. Realizada esta operação, alinham-se os resultados obtidos por ordem decrescente e os lugares em disputa vão sendo atribuídos aos resultados mais elevados obtidos pelo conjunto das divisões.

permitted a voter to vote for a party that was not on the ballot. This was done in the 1976 municipal elections in Évora, where the APU party, which was not on the ballot, won four seats. This was achieved by the votes of the left-wing parties, which were not able to win any seats themselves.

permitted a voter to vote for a party that was not on the ballot. This was done in the 1976 municipal elections in Évora, where the APU party, which was not on the ballot, won four seats. This was achieved by the votes of the left-wing parties, which were not able to win any seats themselves.

A verdade é que votar nos esquerdistas não só não é votar na esquerda como é votar contra a esquerda: ao dividir os votos das forças democráticas, os esquerdistas dão possibilidade à direita agrupada de meter mais deputados. E assim, um voto de um democrata que se destinaria a elege um democrata, não só não elege nenhum democrata como ajuda a elege um reacçãoário!

Donde, é um voto inútil, e mesmo prejudicial.

a quem os elegeu e aos seus interesses. O PS, em 1976, permitiu a eleição de quatro vereadores do PPD, o que não teria sido possível sem os votos dos esquerdistas. Este é um exemplo do papel dos esquerdistas em Portugal.

— é um voto em forças políticas com cada vez maior influência e apoio do povo e que têm força para eficazmente se oporem à direita e elegerem dezenas e dezenas de deputados e vereadores.

O voto na APU é o voto útil porque elege deputados e vereadores e elege deputados e vereadores democratas, ao serviço do país e do povo!

Nenhum democrata votou nisto!



Este sorridente aperto de mão foi trocado quando da assinatura do acordo entre o PS e o CDS de que saiu o II Governo constitucional com ministros socialistas e do partido reacçãoário de Freitas do Amaral. Ao votar no PS em 1976, algum democrata votara para que este acordo entre um partido democrático e um partido reacçãoário se realizasse?! É evidente que não! E agora, há alguma garantia de que o mesmo não volte a acontecer? O próprio dr. Mário Soares já declarou que admite a possibilidade de, depois das eleições, o PS fazer acordos com o PPD: algum democrata querará votar para que daqui a uns meses haja nova fotografia de cordiais concordâncias de democratas com o «chefe» Sá Carneiro?!

Apresentação de candidatos no Porto e outras localidades



"A derrota da Aliança Reacionária é certa, mas será tanto maior quanto mais formos a combater e quanto melhor combatermos", salientou Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC, perante a multidão que encheu o Palácio de Cristal, na tarde de sábado, para participar no comício de apresentação dos candidatos Povo Unido pelo círculo do Porto.



Primeiro candidato da APU, Carlos Costa iniciou a sua intervenção apresentando os restantes elementos da candidatura Povo Unido, sublinhando a sua alta qualificação profissional, e o facto de estarem sempre nas primeiras linhas e na vanguarda das lutas travadas em defesa dos seus interesses de classe. Foi com enormes explosões de entusiasmo que a multidão recebeu a notícia da apresentação de listas APU em todos os concelhos e freguesias do distrito.

Para o dr. Raul de Castro, vice-presidente da Comissão Nacional e do Secretariado do MDP/CDE, vereador da CMP e candidato, "não são só os trabalhadores a sentir as consequências desta política antieconómica contra o 25 de Abril: são todos os titulares de rendimentos baixos e os próprios comerciantes e industriais, afectados pela falta de poder de compra da grande maioria da população, de tal modo que, só entre Janeiro e Maio deste ano, abrimos falência 1061 sociedades".

Presidiu à mesa da sessão plenária de abertura, Portela Santos, candidato da APU à vereação da câmara. Na sessão de encerramento a presidência coube a António Gonçalves, primeiro da lista para a Assembleia Municipal.

Ocuparam ainda a mesa Silva Graça, primeiro candidato à câmara, Anselmo Anibal e Cunha Serra, novamente candidatos à vereação da câmara, Fernando Torres, quarto candidato da lista para a vereação, Ruben de Carvalho, membro do CC do PCP e chefe de redacção do "Avante!", Graça Mexia, Sofia Pittschiller, Alfredo Cruz, Carlos do Carmo, todos candidatos à Assembleia Municipal, Manuel Fernandes e Joaquim Campino respectivamente cabeças de lista para as Assembleias de Freguesia da Charneca do Lumiar e de Santa Maria dos Olivais, José Ramos, do Comité Local de Lisboa, Jerónimo Castro, membro do CC, José Casanova, membro da Comissão Política do CC e da Comissão Nacional da APU.

"O povo está alerta, vota APU pela carta", foi uma das consignas mais gritadas pelos muitos milhares de pessoas que esgotavam a lotação do Palácio. Antes do início do comício, actuou Fernando Tordo que apresentava o seu 28.º espectáculo no Norte do país.

Com a presença de centenas de pessoas, usaram a palavra Jaime Graalheiro, cabeça de lista da APU pelo distrito, Raul de Castro, membro do Secretariado Nacional do MDP/CDE, tendo encerrado o comício o camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do CC do PCP.

Em Cascais
No bairro da Torre, freguesia de Cascais, e com a presença do camarada Veiga de Oliveira, membro do CC do PCP e primeiro candidato à Câmara Municipal, foram apresentados à população os 40 candidatos pela APU à Assembleia de Freguesia de Cascais, encabeçada por Miguel Pechirra, Marcial Lopes, Ana Nesbitt, José Figueiredo e Vítor Paz.

Em Cascais
A mesa que presidiu à sessão era composta pela Comissão Coordenadora da APU da Freguesia, por Veiga de Oliveira e pelo candidato à Assembleia Municipal, o médico Moreira Simões.

O aumento considerável do número de votos e de deputados eleitos, foram dois dos objectivos apontados por António Mota, candidato, membro suplente do CC e da DORP, na intervenção de abertura do comício, no decurso da qual anunciou uma grande iniciativa do PCP para o próximo dia 17. Nesse dia, pelas 15 e 30 horas, na Praça do General Humberto Delgado e Avenida dos Aliados, realiza-se um grande comício com a presença do camarada Álvaro Cunhal.

Em Lisboa
No salão da "Voz do Operário" decorreu, no passado sábado, o Encontro da APU do Concelho de Lisboa, encontro este subordinado ao lema "Com o Povo Unido Lisboa Cidade Abril".

As carências da freguesia foram tema para várias perguntas feitas pela assistência.

Na Amadora
Também no sábado, no decorrer de uma sessão realizada na Sociedade Filarmónica Recreio Artístico da Amadora foram apresentados os candidatos da APU para os órgãos autárquicos daquele novo concelho.

"No nosso distrito", recordou na sua intervenção Conceição Soares, dirigente sindical têxtil e candidata, "os resultados da política de recuperação capitalista têm sido muito graves. Enquanto os preços não param de subir, trabalhadores de sectores predominantes como os têxteis, as madeiras, a construção civil, as conservas, e o calçado, por exemplo, ganham salários muito baixos. Basta dizer que a medida recentemente aprovada do salário mínimo, virá a abranger grande parte dos trabalhadores destes sectores, pelo que exigimos a sua rápida publicação".

Presentes numerosos activistas da APU, membros do PCP, MDP/CDE e independentes. Estiveram igualmente na sala deputados, eleitos nas autarquias e candidatos, membros de comissões de moradores ou de trabalhadores, dirigentes sindicais, cooperativas, elementos ligados ao processo SAAL, comerciantes, industriais, intelectuais e técnicos. Durante o encontro funcionaram cinco secções nas quais foram

Na Pontinha
O núcleo da Pontinha da APU realizou no domingo passado, nas instalações do Jardim Infantil Popular daquela localidade um Encontro com a população da futura freguesia da Pontinha.

Neste Encontro foi feito o balanço da acção dos eleitos pela APU durante o cumprimento dos seus mandatos para os órgãos autárquicos, sendo ainda apresentados os novos candidatos pela APU.

Marques Pedrosa e Cavalheira Antunes na Região Autónoma dos Açores

Apesar do ambiente de intimidação estimulado pelo Governo Regional/PPD contra os democratas, a verdade é que o povo trabalhador, os militantes e simpatizantes de organizações proletárias da Região Autónoma dos Açores vão, a pouco e pouco, reforçando a sua actividade e influência, sendo de destacar as crescentes tomadas de posição por parte de trabalhadores contra diversas situações de exploração desenfadada praticada pelo patronato apoiado pelo Governo PPD.

Esta realidade que agora pôde ser constatada por dois deputados comunistas eleitos para a última Assembleia da República, que se deslocaram a duas ilhas daquela

Região Autónoma, e que de forma breve nos referiram as suas impressões acerca do que viram. O camarada Marques Pedrosa esteve uma semana na Terceira, tendo realizado numerosos contactos com democratas da ilha, com vista à formação de listas APU para as eleições autárquicas. Na sequência desses contactos, foi possível, nomeadamente a constituição de listas completas nas freguesias de S. Mateus, S. Luzia, Conceição e Porto Judeu. Por motivos imprevistos relacionados com a documentação para o mandatário, não se conseguiu a apresentação da lista em S. Mateus. Durante a sua estadia, o camarada Marques Pedrosa visitou várias empresas

onde contactou com os trabalhadores. Por seu turno, o camarada Cavalheira Antunes esteve no Pico, onde também colaborou nos contactos estabelecidos com democratas da ilha para a formação de listas APU para as eleições locais. Os resultados foram igualmente positivos, pois o "Povo Unido" vai ali concorrer pela primeira vez. De facto, em 1976 não apresentou em toda a ilha qualquer lista em nenhum órgão autárquico. A ilha do Pico tem três concelhos: S. Roque, Madalena e Lajes.

O recurso ao anticomunismo mais primário, com a participação saliente do Governo Regional

PPD, dos caciques e de certos sectores da Igreja, as ameaças da FLA, o receio de participar nas listas APU devido ao ambiente de intimidação (provocado pela FLA e pelo Governo Regional), a recusa de empregos para quem seja "acusado" de comunista ou de "amigo dos comunistas", a falta de estruturas de apoio social, a continuação de situações de extrema injustiça e exploração — estes alguns dos aspectos que os camaradas Marques Pedrosa e Cavalheira Antunes nos salientaram ao analisarem a situação que se vive naquelas duas ilhas e que praticamente correspondem a toda uma situação genérica na Região Autónoma dos Açores.

Candidatos da APU de Aveiro visitam empresas do distrito

Preparando a campanha eleitoral que se avizinha, a APU do distrito de Aveiro programou visitas dos seus candidatos a um conjunto de empresas mais significativas do respectivo distrito, a fim de se inteirarem das condições de trabalho, dos problemas existentes e ainda da situação económica e social do distrito.

Assim, de acordo com o programado, realizaram-se até agora visitas aos estaleiros de S. Jacinto, ao Complexo da Portucel (Cacia), ao Complexo da Quimigal, a Cires (em Estarreja), a F. Ramada e a Rabor (em Ovar). Curiosamente, os candidatos

constatarem que nenhuma das empresas em que estiveram havia sido anteriormente visitada por qualquer deputado do círculo de Aveiro. Algumas tinham sido, no entanto, visitadas por deputados do PCP, apesar deste partido não possuir na Assembleia da República nenhum deputado por Aveiro.

Constataram que nenhuma das empresas em que estiveram havia sido anteriormente visitada por qualquer deputado do círculo de Aveiro. Algumas tinham sido, no entanto, visitadas por deputados do PCP, apesar deste partido não possuir na Assembleia da República nenhum deputado por Aveiro.

Reformados apoiam APU

Reformados, pensionistas e idosos e outros democratas e antifascistas da cidade de Lisboa promovem no próximo dia 24 de Novembro um comício de apoio aos candidatos da Aliança Povo Unido (APU) para as autarquias, a realizar na ala oriental da Alameda D. Afonso Henriques, junto à sede da Junta de Freguesia de S. João de Deus.

Entretanto, no próximo sábado, dia 10, a União dos Pensionistas da Previdência e Segurança Social



As votações dos partidos nos diversos distritos

Iniciamos neste número do "Avante!" a publicação de quadros, acompanhados de breves comentários, acerca da evolução das votações dos principais partidos nos diversos distritos do país. Pensamos tratar-se de um material útil para a perspectivação e enquadramento das próximas eleições de 2 e 16 de Dezembro (legislativas e para as autarquias, respectivamente).



O distrito de Castelo Branco, situado na Beira Baixa, divide-se em 11 concelhos e 156 freguesias. Com uma população rondando os 305 mil habitantes e um eleitorado de 179208 recenseados, o distrito tem como principais actividades económicas as indústrias têxteis, celulose, metalomecânica, exploração mineira e lactínios.

DISTRITO: CASTELO BRANCO

Partidos	Assembleia Constituinte		Assembleia da República		Assembleias Municipais		Ganhos/Perdas Assembleias Repúb./Municipais	
	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem
Povo PCP/Unido	8 514	5,6	9 368	6,6	9 579	9,4	+ 211	+ 2,2
PS	62 286	41,2	51 829	36,4	36 888	36,1	-14 941	-28,8
PPD	36 920	24,4	32 085	22,6	26 103	25,6	- 5 982	-18,6
CDS	9 675	6,4	28 175	19,8	19 556	19,2	- 8 619	-30,6
UDP+MES GDUPs	4 391	2,9	2 372	1,7	1 569	1,5	- 803	-33,8

O distrito de Setúbal, situado já na zona sul do país, está dividido administrativamente em 13 concelhos e 51 freguesias, com um total de 464218 habitantes e 457643 eleitores.

DISTRITO: SETÚBAL

Partidos	Assembleia Constituinte		Assembleia da República		Assembleias Municipais		Ganhos/Perdas Assembleias Repúb./Municipais	
	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem
Povo PCP/Unido	142 431	37,8	159 079	44,3	133 373	47,9	-25 706	-16,2
PS	143 664	38,1	115 346	32,1	92 779	33,4	-22 567	-19,6
PPD	21 607	5,7	30 142	8,4	17 311	6,2	-12 831	-42,6
CDS	5 846	1,6	15 734	4,4	4 555	1,6	-11 179	-71,0
UDP+MES GDUPs	8 886	2,4	12 303	3,4	18 042	6,5	+ 5 739	+46,6

As actividades económicas de maior relevo distribuem-se entre as indústrias da pesca, conservas e de construção e reparação naval, e a agricultura, de que se salienta a produção de vinho e laranjas.

Na região existe ainda a exploração florestal, sobretudo na chamada "zona do pinheiro" e a exploração agrícola, que vai desde a existência de latifúndios ao sul do distrito à pequena e média agricultura. A zona de intervenção da Reforma Agrária estende-se até à capital do distrito.

Nas eleições de 1976, das legislativas para as autarquias, todos os partidos perderam elevado número de votos, com excepção do PCP (principal força integrante da então FEPU), que aumenta a sua votação.

O PS perde 15000 votos; o PPD 5900 e o CDS 9900 votos. O PCP sobe 854 votos de Abril de 75 para Abril de 1976 e 211 votos de Abril de 1976 para Dezembro de 1976 (+2,2%).

Nas últimas eleições autárquicas a FEPU conquistou 16 mandatos, dos quais 13 em

Assembleias Municipais. Nas legislativas o PS elegeu três deputados e o PPD e o CDS dois cada um. Nas próximas eleições intercalares, o número de deputados pelo distrito baixa de 7 para seis.

A evolução do eleitorado no distrito traduz-se na crescente implantação das forças de esquerda, obtendo a FEPU a elevada percentagem de 47,9%, contra os 44,3% do PCP para a Assembleia da República. Não obstante a abstenção ter atingido naquele distrito todos os partidos, o Povo Unido aumentou a sua percentagem em todos os concelhos com excepção de Alcochete, onde o PS aumenta graças à aliança com o PPD e CDS.

DISTRITO: GUARDA

Partidos	Assembleia Constituinte		Assembleia da República		Assembleias Municipais		Ganhos/Perdas Assembleias Repúb./Municipais	
	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem
Povo PCP/Unido	3 717	2,9	3 549	2,9	4 737	5,2	+ 1 188	+33,5
PS	35 677	28,2	30 622	25,1	23 418	25,8	- 7 204	-23,5
PPD	42 248	33,3	31 263	25,7	22 140	24,4	- 9 123	-29,2
CDS	24 692	19,5	39 101	32,1	32 650	35,9	- 6 451	-16,5
UDP+MES GDUPs	-	-	2 563	2,1	313	0,3	- 2 250	-87,8

Aliança essa que reverteria a favor do PS em vários outros concelhos, pois o CDS não concorreu em 11 dos 13 existentes e o PPD em cinco.

Abrangendo o ponto mais alto do país — a Serra da Estrela, o distrito da Guarda compõe-se de 14 concelhos e 332 freguesias. A população é de 212191 habitantes, sendo o número de eleitores inscritos no corrente ano de 152445.

Entre as principais actividades salientam-se as indústrias de lanifícios, lactínios e pecuária, que ocupam um lugar de destaque na economia local. A agricultura distribui-se por três zonas (fria, temperada e quente) e caracteriza-se pela grande divisão da propriedade e a existência de elevado número de rendeiros por um lado e senhores ricos, por outro.

Nas últimas eleições autárquicas todos os partidos baixaram muito a sua votação em relação às legislativas, com excepção do Povo Unido que conquista mais 1200 votos (+33,5%).

O PS perde 7000 votos (-23,5%); o PPD 9000 (-29,2%)

e o CDS 6500 (-16,5%). Nas eleições legislativas de 1976 o PS, PPD e CDS elegeram dois deputados cada um. Nas próximas eleições para a Assembleia da República o número de deputados a eleger pelo distrito desce de seis para cinco.

DISTRITO: PORTALEGRE

Partidos	Assembleia Constituinte		Assembleia da República		Assembleias Municipais		Ganhos/Perdas Assembleias Repúb./Municipais	
	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem
Povo PCP/Unido	17 852	17,5	21 135	22,0	19 740	25,6	-1 395	- 6,6
PS	53 353	52,4	40 295	42,0	36 872	47,8	-3 423	- 8,5
PPD	10 002	9,8	9 679	10,1	8 701	11,3	- 978	-10,1
CDS	4 037	4,0	13 375	13,9	6 823	8,9	- 6 552	-49,0
UDP+MES GDUPs	2 525	2,5	1 884	2,0	500	0,6	- 1 384	-73,5

1976. No entanto, com excepção do CDS e dos GDUPs, os restantes registaram aumento de percentagem.

O Povo Unido — então FEPU — perdeu 1395 votos, mas obteve 25,6% dos votos, ou seja, mais 3,6% que o PCP para as legislativas. O número de mandatos alcançados foi de 21 para Câmaras Municipais e de 35 para Assembleias Municipais.

Nas eleições autárquicas o Povo Unido aumentou a votação nos concelhos de Nisa, Arronches e Crato.

Quando ao PS, embora beneficiando da aliança com o PPD e ou o CDS em 8 dos 15 concelhos do distrito, perdeu 3423 votos.

É curioso assinalar o facto do PS ter aumentado de votação precisamente nos três concelhos onde PPD e CDS não concorreram simultaneamente: Avis, Crato e Nisa.

O distrito de Portalegre, embora situado no Alentejo, é substancialmente distinto dos de Beja e Évora, devido nomeadamente à sua situação de zona de transição para a Beira-Baixa.

Divide-se administrativamente em 15 concelhos e 81 freguesias, com uma população de cerca de 146000 habitantes. O número de eleitores é de 111255.

As principais actividades económicas são a agricultura, criação de gado suíno e as

indústrias de lanifícios, tapeçarias e cortiça.

No que se refere à evolução do eleitorado, há a salientar o facto de todos os partidos terem perdido votos entre as eleições para a Assembleia da República e as eleições para as Autarquias, em

No que respeita aos partidos da Aliança Reacionária, para além de deixarem de concorrer em oito concelhos perderam 978 votos (o PPD e 6552) (o CDS).

O distrito de Vila Real, situado na região de Trás-os-Montes e Alto Douro, o distrito de Vila Real tem 264508 habitantes e 171693 eleitores.

No montanhoso distrito as principais actividades são as indústrias vinícolas, siderúrgicas, cerâmica, transformação de madeira, extracção de resina, pecuária e águas minerais.

Administrativamente divide-se em 14 concelhos e 268 freguesias. A semelhança do que se verifica noutros distritos do norte, o Povo Unido foi a única força política que aumentou a sua votação nas autarquias locais. A subida registada foi de 1546 votos (+37,9%).

A maior descida de votos do distrito foi do CDS (-8179), seguida pela do PPD (-6829) e depois a do PS (-6721 votos).

O número de deputados eleitos no distrito em 1976 foi de dois para o PS, três para o PPD e dois para o CDS.

Este ano apenas seis deputados serão eleitos no distrito, contra os anteriores sete.

O distrito de Vila Real, situado na região de Trás-os-Montes e Alto Douro, o distrito de Vila Real tem 264508 habitantes e 171693 eleitores.

No montanhoso distrito as principais actividades são as indústrias vinícolas, siderúrgicas, cerâmica, transformação de madeira, extracção de resina, pecuária e águas minerais.

Administrativamente divide-se em 14 concelhos e 268 freguesias. A semelhança do que se verifica noutros distritos do norte, o Povo Unido foi a única força política que aumentou a sua votação nas autarquias locais. A subida registada foi de 1546 votos (+37,9%).

A maior descida de votos do distrito foi do CDS (-8179), seguida pela do PPD (-6829) e depois a do PS (-6721 votos).

O número de deputados eleitos no distrito em 1976 foi de dois para o PS, três para o PPD e dois para o CDS.

Este ano apenas seis deputados serão eleitos no distrito, contra os anteriores sete.

O distrito de Vila Real, situado na região de Trás-os-Montes e Alto Douro, o distrito de Vila Real tem 264508 habitantes e 171693 eleitores.

No montanhoso distrito as principais actividades são as indústrias vinícolas, siderúrgicas, cerâmica, transformação de madeira, extracção de resina, pecuária e águas minerais.

Administrativamente divide-se em 14 concelhos e 268 freguesias. A semelhança do que se verifica noutros distritos do norte, o Povo Unido foi a única força política que aumentou a sua votação nas autarquias locais. A subida registada foi de 1546 votos (+37,9%).

A maior descida de votos do distrito foi do CDS (-8179), seguida pela do PPD (-6829) e depois a do PS (-6721 votos).

O número de deputados eleitos no distrito em 1976 foi de dois para o PS, três para o PPD e dois para o CDS.

Este ano apenas seis deputados serão eleitos no distrito, contra os anteriores sete.

Unificação UJC/UEC: Encontro Nacional no sábado em Lisboa

A características sociais diferentes sobrepõem-se problemas comuns

"Trata-se de um documento que continua a reforçar e desenvolver as propostas de vários pontos abordados. Estas contribuições, fundamentais para a riqueza e significado do texto, são enviadas à comissão organizadora do Encontro por centenas de jovens, trabalhadores e estudantes, de todas as regiões do país, comunistas e não comunistas, que assim contribuem decisivamente para o pleno êxito do Encontro Unificador" - salientou ao "Avante!" a comissão organizadora da jornada que no próximo sábado, em Lisboa, concretizará a unificação da UJC e UEC, referindo-se ao projecto de conclusões elaborado em conjunto pelas Comissões Centrais da UJC e UEC, que, sob o lema "Por

Portugal de Abril no trabalho, na escola e na vida", foi apresentado às organizações, motivando e dinamizando um intenso e frutuoso debate.

O projecto de conclusões, que ainda durante o Encontro receberá, certamente, mais propostas de alteração e aditamento, está dividido em seis capítulos no decorrer dos quais se faz um balanço da luta e da acção da juventude portuguesa após o 25 de Abril, abordando de forma sistematizada os diferentes problemas que os jovens vêm enfrentando, as suas formas de organização e as suas reivindicações.

O projecto de conclusões, inicialmente com 60 páginas (em formato de livro de bolso), aponta no texto introdutório um conjunto

de aspectos em que se salienta ser a unificação da UJC e UEC uma tarefa "possível e necessária porque o movimento da juventude trabalhadora, o movimento estudantil, a UJC e a UEC se encontram fortes e simultaneamente desenvolvidos". Por outro lado, "a unificação é possível e necessária porque corresponde ao desenvolvimento de tendências objectivas que aproximam a juventude trabalhadora e a juventude estudantil".

Como foi sublinhado numa mesa-redonda promovida pelo "Avante!" com a participação de dirigentes da juventude comunista, publicada na nossa edição de 25 de Outubro passado "às diferenças sociais que existem entre a juventude sobrepõem-se

aspirações e problemas comuns". Ou, como aponta o projecto de conclusões, "a crise económica e social, a política de recuperação capitalista, atinge indistintamente jovens trabalhadores e estudantes".

"Problemas como o desemprego juvenil, a habitação, o acesso à formação profissional, o aproveitamento dos tempos livres, - lê-se no documento - atingem uma dimensão tal que os coloca na primeira linha das preocupações de todos os jovens. Hoje, cerca de 300 mil jovens estão desempregados". Por outro lado, "o desenvolvimento de tendências e concepções veiculadas pela reacção e o imperialismo, ligadas a problemas como a droga, a marginalidade, a delinquência, atingem sectores importantes da

juventude estudantil e trabalhadora, exigindo uma resposta constante e bem orientada".

Entretanto, se é verdade que "são dominantes os factores que tendem a aproximar os diferentes sectores da juventude", da mesma forma "é ainda verdadeiro existirem dois grandes movimentos com características sociais, experiências, formas de acção e objectivos específicos - o movimento da juventude trabalhadora e o movimento estudantil". Consciente desta realidade, a futura organização unificada dos jovens comunistas tem como "grande objectivo" a dinamização da melhor resposta aos "problemas comuns da juventude", avançando ao mesmo tempo para o reforço do movimento da juventude trabalhadora e do movimento estudantil.

Um projecto que não é de agora

A coordenação da actividade da UJC e da UEC e a unificação das duas organizações não são ideias de agora. Com efeito, em Novembro de 1976 o VIII Congresso do PCP definiu que "a estreita cooperação entre a UJC e a UEC e a criação de estruturas correspondentes é indispensável para uma mais eficiente e dinâmica intervenção dos jovens comunistas no movimento da juventude, para a luta pelos seus interesses e objectivos próprios e para a sua activa participação na luta dos trabalhadores e do Povo português pela defesa, consolidação e prosseguimento da Revolução".

Em Abril de 1977, o 1.º Congresso da UJC decide que

"procurará reforçar a cooperação com a organização irmã, a UEC e a coordenação que permita a definição de linhas de orientação nas frentes da luta comuns às duas organizações".

Em Janeiro de 1978, o 1.º Congresso da UEC salienta que as experiências de cooperação UJC/UEC "evidenciam a justeza da orientação do desenvolvimento" - das "formas de acção comuns que correspondam a grandes e vivos problemas e aspirações da juventude no seu conjunto e da criação de organismos conjuntos e da coordenação da UJC e da UEC na perspectiva futura de uma organização unificada".

Em Junho de 1979, o IX



Congresso do PCP salienta que "as condições estão maduras para se darem passos efectivos no sentido da unificação das duas organizações da juventude comunista".

800 delegados e centenas de convidados

O Encontro Nacional de Delegados da UJC e UEC que no próximo sábado se realiza em Lisboa, no Pavilhão dos Desportos, tem como ponto principal da sua ordem de trabalhos a concretização do processo unificador das duas organizações da juventude comunista portuguesa.

O Encontro, no qual será também eleita a direcção nacional da futura organização, inicia-se às 9 e 30, com a presença de 800 delegados (500 da UJC e 300 da UEC), eleitos em numerosas Assembleias promovidas por todo o país, e de largas centenas de convidados tendo também sido enviados convites especiais a diversas organizações e estruturas representativas da

juventude, nomeadamente forças políticas democráticas, organizações de carácter sindical, associações de estudantes, colectividades, etc.

Participará também nos trabalhos uma representação do Comité Central do partido.

Do Encontro sairá uma nova, dinâmica e combativa organização unificada da juventude comunista, que em 1980 reunirá o seu 1.º Congresso, o qual constitui desde já um estímulo para que o debate prossiga e se intensifique, com vista a um reforço da futura organização e, consequentemente, a um maior fortalecimento da luta juvenil em Portugal.



De Norte a Sul do país Assembleias e reuniões preparatórias

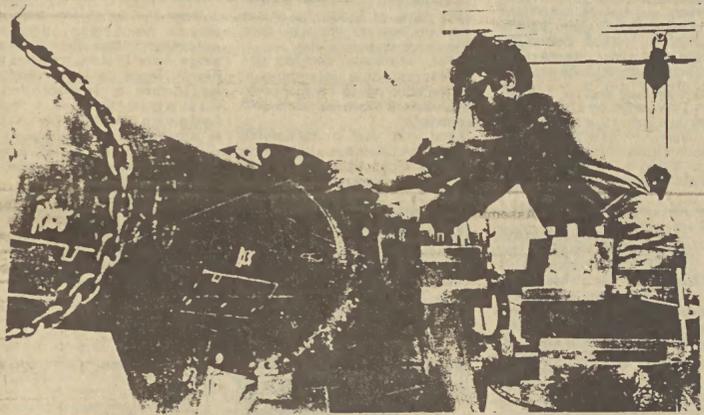
Largas centenas de militantes da UJC e da UEC, bem como um significativo número de jovens progressistas não filiados naquelas duas organizações, participaram nas últimas semanas em diversas assembleias, reuniões e outras iniciativas, realizadas com o objectivo de preparar e divulgar o Encontro

Nacional de Delegados para a unificação.

Entre outras, são de destacar as Assembleias da UJC e UEC de Évora/Beja/Portalegre, Santarém, Castelo Branco, Coimbra, Lisboa, Porto, Viseu, Faro, Aveiro, Leiria e Setúbal, as reuniões nacionais de quadros do Ensino Superior e do

Secundário, as reuniões conjuntas da UJC e UEC dos distritos do Porto e Braga, o plenário distrital de Beja, os plenários nas Beiras, a Assembleia da UEC de Trás-os-Montes e as Assembleias de Organização do Ensino Superior da UEC de Lisboa, Porto e Coimbra.

370 trabalhadores sem salários exigem solução para CPMC-Barreiros



Sem salários há vários meses e com a empresa parada desde Fevereiro do ano corrente («pode-se dizer que existe lock-out patronal, pois ninguém quer assumir responsabilidades») os trabalhadores da CPMC Barreiros, Companhia Portuguesa de Motores e Camiões, de Setúbal, através dos seus órgãos representativos (ORTs) emitiram recentemente um comunicado acusando o Conselho de Gerência (CG) de «autêntico crime» contra a Constituição, o direito ao trabalho e a economia nacional. Por «incurria e incompetência» da direcção da empresa foram abandonados os projectos para a viabilização da CPMC, que emprega 370 trabalhadores parados e sem salários, enquanto a mesma direcção «demissionária» e sem assumir «quaisquer responsabilidades» - afirma o comunicado - continua «a receber 30 contos mensais». Os ORTs, ao mesmo tempo que denunciam a ameaça de desemprego colectivo, o corte do diálogo por parte do CG e a falta de qualquer decisão do Governo, perguntam «até quando se manterá esta situação?» à Mota Pinto/PPD/CDS, num momento em que «vários agregados familiares» sentem «a fome e a miséria entrar nas suas casas» e em que «os filhos dos trabalhadores têm visto ameaçados os seus anos escolares, porque os pais não têm tido dinheiro para comprar os livros e outro material necessário». Reclamando o direito ao trabalho, os ORTs da CPMC perguntam, legitimamente, «quando é que no País do 25 de Abril se obrigam os patrões a assumir as suas responsabilidades impostas por um Estado de direito».

Quimigal, CP, ENI Três exemplos concretos da acção nociva do divisionismo na luta pela contratação colectiva

A acção divisionista dos «sindicatos paralelos, encabeçada pela UGT, ameaça criar situações graves em empresas e sectores onde os trabalhadores lutam pela revisão de salários e outras regalias e direitos conquistados no âmbito da contratação colectiva. Exterior ao Movimento Sindical, a acção divisionista não se limita a depender partidariamente do projecto da Aliança Reaccionária, sobretudo na versão PPD (a mais activa) para os sindicatos: divisionismo sistemático, "pacto social" sem perspectivas, anticommunismo grosseiro, conciliação de classes para único benefício do patronato mais reaccionário, dessindicalização, desmobilização sindical, desanacionalização, revisão ilegal da Constituição. Como fez na CP, com os resultados que adiante se verão, o divisionismo tenta sabotar, por exemplo, na Quimigal e na ENI, a revisão salarial a nível de empresa. Procura impor soluções de ruptura, utilizando a ingerência da direita e do esquerdismo nos assuntos sindicais contra os interesses concretos e os direitos vitais da maioria dos trabalhadores.

O esquerdismo, embora com algum atraso na corrida divisionista em relação à UGT/Gonçalves/PPD, desempenha também o seu papel nocivo contra a luta em unidade por objectivos concretos e de interesse comum no campo da contratação colectiva. Objectivamente, tanto os agentes dos paralelos (UGT, etc.), como os agentes do esquerdismo, acabam por se unir nos mesmos propósitos, bem patentes nas empresas que mencionámos e todos eles tentantes (com êxito momentâneo maior ou menor, mas nunca duradouro) ao enfraquecimento da capacidade reivindicativa dos trabalhadores e muito concretamente, como no caso da ENI, em prejuízo da totalidade dos trabalhadores da empresa.

E em troca de quê? Quando muito, de alguns privilégios, a curto prazo e nem sempre conseguidos, para uma ou duas categorias profissionais com salários mais altos; de mais uma achega à campanha anticommunista da Aliança Reaccionária; da tentativa sempre presente de desprestigiar os Sindicatos mais representativos e o Movimento Sindical Unitário; de mais um ou outro trabalhador eventualmente iludido, mas que, sendo honesto, depressa perderá as ilusões que os paralelos/UGT tentam inculcar-lhe em conluio com as forças e os governos mais reaccionários (vide acção Mota Pinto na revisão do ACT da CP) e depressa voltará à acção e à luta comuns em unidade por objectivos concretos, realistas e comuns também, que nenhuma forma de anticommunismo e nenhum projecto político reaccionário conseguirão esconder.

Na Quimigal

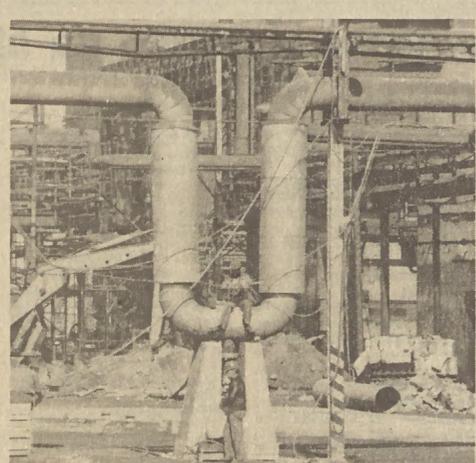
Nun comunicado recente, a Comissão Intersindical Central dos Trabalhadores da Quimigal (CICTQ) alerta "o Conselho de Gerência (CG) para as graves consequências que podem resultar do seu eventual envolvimento em conluio que visem dificultar" o processo de revisão da matéria económica do Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (ACTV). A CICTQ acusa como responsáveis desses "conluio" os "agentes e lacaios do capital" dentro da empresa, "os divisionistas convictos" e "traidores" que actuam "a troco de privilégios e de interesses inconfessáveis", sendo "forçoso que não os poupemos ao desmascaramento total, votando-os em seguida ao isolamento e ao desprezo".

Por seu turno, o secretariado da Célula do PCP da Quimigal-Barreiro afirma que as negociações da matéria económica do ACTV "estão a ser prejudicadas pelas pretensões dos amarelos e paralelos do SINDECO" e por outras manobras de cobertura às suas pretensões. Mas - acrescenta o secretariado - "a atitude dos trabalhadores em geral mostra que os Sindicatos de facto representativos dos trabalhadores têm o seu apoio e que na altura própria serão exigidas responsabilidades".

Na CP

Na CP, o divisionismo, pelo qual são responsáveis directos o paralelo dos Maquinistas e a Federação dos Quadros comandados pela UGT, levou,

como é sabido, à assinatura de dois acordos separados, depois de um processo acidentado de negociações, entremeadas de paralisações de trabalho e de luta constante pela unidade por parte da quase totalidade dos 20 mil trabalhadores da CP (o paralelo e a Federação dos Quadros não representam mais de mil trabalhadores) que estão representados na empresa pelos Sindicatos dos Ferroviários do



Na Quimigal (ex-CUF), uma das maiores empresas nacionalizadas do País, o veneno do divisionismo tenta corromper o reforço da unidade e o empenho dos trabalhadores no progresso da empresa

Norte, Centro e Sul reunidos numa Federação Nacional.

Estimulado e apoiado pelo Conselho de Gerência e pelo governo Mota Pinto/PPD/CDS, o divisionismo jogou de tal maneira contra os trabalhadores que, presentemente, o CG não cumpre qualquer dos acordos. Escolhendo, conforme lhe convém, entre um e outro acordo, o CG acaba por violar os dois.

Determinadas regalias conquistadas pelos Sindicatos verticais (Norte, Centro e Sul) e pelos restantes Sindicatos, que faziam parte da Comissão Negociadora de carácter unitário, são negadas aos maquinistas que não abandonaram esses sindicatos. Outras, destinadas aos aderentes do paralelo, também não são cumpridas relativamente a todos aqueles trabalhadores com a alegação de que só abrangem os do "sindicato" paralelo Na ENI, empresa com cerca de 1100 trabalhadores, a apresentação de três propostas distintas de revisão de salários e a incapacidade de as conjugar na melhor defesa do interesse geral levaram a uma solução que os trabalhadores comunistas da empresa consideram como um péssimo serviço prestado a todos os companheiros de trabalho, a todos os trabalhadores da ENI. Ao abdicar, por falta de unidade e por deficiente actuação dos seus organismos representativos, da decomposição do salário (salário contratual + acrescido da empresa) o processo de negociação da revisão salarial terminou "da forma mais derrotista e de capitulação", forma essa que os trabalhadores comunistas consideram "vergonhosa" por culpa da actuação de alguns elementos "daqueles organismos representativos (ORTs). Comentando essa actuação, a Célula do PCP na empresa acusa os elementos que actualmente integram esses órgãos de terem, nomeadamente como "objectivo dividir os trabalhadores e afastá-los do Sindicato maioritário (Metalurgia e Metalomecânica de Setúbal) - ao mesmo tempo que nas suas análises políticas vomitam ódio ao PCP

Os trabalhadores comunistas da ENI, que analisam num suplemento do Boletim "A Bussola" todo o processo da revisão salarial, terminam com uma manifestação de confiança na capacidade dos seus companheiros de trabalho para afastarem dos seus órgãos representativos os elementos divisionistas, sabendo distinguir entre quem defende os interesses dos trabalhadores e quem os substitui pela demagogia e pelo verbalismo inconsequente ao serviço dos seus inimigos de classe.

Na Corame solução possível é adiada sem razão

Formas superiores de solidariedade militante, com relevo para trabalhadores da Reforma Agrária e para a população de Santa Iria de Azóia, continuam a apoiar a luta na Corame, em greve desde 1 de Agosto findo contra a tentativa do findo governo Mota Pinto/PPD/CDS de devolver a empresa intervencionada ao patrão saboteador sem a mínima garantia de salvaguarda dos postos de trabalho e dos direitos constitucionais dos trabalhadores.

indispensáveis ao regresso ao trabalho.

O fim da greve depende, nomeadamente, da satisfação de sete pontos, de que os trabalhadores não abdicam, a saber: defesa de todos os postos de trabalho; salvaguarda das liberdades conquistadas na empresa; nomeadamente, a participação organizada dos trabalhadores em todos os aspectos fundamentais da vida da Corame; manutenção das regalias sociais adquiridas; defesa dos interesses financeiros do Estado; recusa da admissão de mercenários; recusa de qualquer processo disciplinar por motivo de adesão à greve.

Apoiados pela grande maioria dos trabalhadores, os ORTs (CT e delegados sindicais) e o Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa, maioritário na empresa, têm dado conta publicamente das diligências efectuadas para resolver o conflito, sobretudo junto

do Primeiro-Ministro e do secretário de Estado da Indústria.

Em 15 de Outubro findo, foi estabelecido um acordo entre o Gabinete do Primeiro-Ministro e as estruturas representativas dos trabalhadores: União dos Sindicatos de Lisboa, Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa, Comissão de Trabalhadores e Delegados Sindicais, Federação dos Sindicatos Metalúrgicos e CGTP-Intersindical Nacional. Esse acordo "permite desbloquear a situação e repor a empresa em laboração", mediante "a nomeação de um gestor por parte do Estado" que garantirá os interesses do Estado-na Corame e os interesses dos trabalhadores da empresa, afirma o Sindicato dos Metalúrgicos num comunicado recente.

Mas, apesar desse acordo, ainda na última terça-feira a situação se manteve inalterada com os trabalhadores em greve e os seus representantes a correr para a Secretária de Estado da Indústria, a fim de concretizar na prática o acordo estabelecido.

Segundo os Sindicatos e os ORTs da Corame, a responsabilidade pela manutenção do conflito cabe ao secretário de Estado da Indústria, que continua a fazer tábuas razeira do progresso alcançado na via de uma solução para a empresa.

Entretanto, os trabalhadores em greve salientam a grande vaga de solidariedade de que a sua luta tem sido objecto e reafirmam a determinação de manter, com toda a abertura, as suas reivindicações comprovadamente justas e realistas para a defesa da Corame e do seu papel na economia nacional.



A CGTP-IN opõe-se junto do Governo às restrições no campo da Saúde

A preocupação dos trabalhadores portugueses pelo anunciado agravamento de medidas no campo da Saúde foi transmitida ao respectivo secretário de Estado pela CGTP-IN, que para o efeito se avistou com aquele membro do Governo perante o qual manifestou «a sua total discordância e oposição às decisões anunciadas».

Nun comunicado distribuído após a entrevista, a Central única dos trabalhadores portugueses reafirma que o Serviço Nacional de Saúde não pode estar à mercê de interesses particulares (os lucros com a venda de medicamentos rondam os três milhões de contos por ano e sublinha que «manterá os trabalhadores mobilizados, unidos e determinados na defesa do Serviço Nacional de Saúde».

O anunciado agravamento de medidas no campo da saúde incide, nomeadamente, no aumento substancial das taxas moderadoras, na menor comparticipação por internamento hospitalar, na aquisição de próteses e ainda na facilidade, frequência e impunidade com que a Associação Nacional de Farmácias ameaça suspender,

ou suspende, o fornecimento de medicamentos aos utentes da Previdência.

O Governo e as medidas no campo social

Segundo o comunicado, foi confirmada na entrevista «a redução drástica das comparticipações na aquisição de aparelhos ortopédicos, próteses dentárias e outras», pretendendo o Governo com essa medida e com as restantes «alargar não tanto os aspectos financeiros, mas principalmente a moderação por parte dos utentes nas consultas, medicamentos, próteses e elementos complementares de diagnóstico». A CGTP-IN considera que essas medidas tendentes a corrigir o desequilíbrio orçamental existente (previsto, denunciado e contestado pela

Na Lisnave os Mellos preparam-se para mais uma!

Nun comunicado sob o título «A Lisnave assumiu uma responsabilidade de 560 000 000\$00 para um investimento em que será ela a correr os riscos e de que só os Mellos colherão os benefícios», o Conselho Geral de Trabalhadores (CGT) daquela empresa com largos capitais do Estado revela em oito pontos muito concretos, um «quadro altamente preocupante» para «os trabalhadores empenhados na viabilidade económica da Lisnave e que se preocupam em garantir a manutenção dos postos de trabalho».

A CGT, embora não tenha recolhido ainda todos os elementos sobre o assunto, possui já os suficientes para demonstrar que a instalação fixa de limpeza e desgasificação de navios, que a Lisnave está a construir próximo de Porto Brandão, será explorada pela Boliden, «uma sociedade recentemente criada no nosso país e que é denominada pelos Mellos (ou talvez seja mesmo mera propriedade deles)», e não pela Lisnave que, em 28 de Junho de 1979, assinou com a Boliden Intertrade Portugal, Ld.º um contrato «em que garante a esta a exploração da instalação fixa de limpeza e desgasificação por um período inicial de 10 nos, podendo a Boliden optar por uma ou duas prorrogações de 5 anos cada uma» - o que na prática permite aos Mellos explorar a referida instalação por 10, 15 ou 20 anos, ou seja, «durante todo o período em que o investimento (560 mil contos) se prevê rentável».

Perante esta manobra, que os trabalhadores classificam como «nítida investida da família Mello no sentido do estrangulamento da Lisnave e da utilização em proveito próprio dos recursos da empresa», o CGT faz um apelo à unidade e ao reforço do controlo de gestão e promete voltar ao assunto com mais elementos e com o resultado das diligências e das conclusões a que chegar.

Conferência Mundial de Solidariedade com o Povo Árabe e a sua Causa Central: a Palestina

Vieram de todo o mundo a Lisboa expressar o seu apoio e solidariedade ao povo árabe, particularmente ao povo palestino. Representavam as forças progressistas, democráticas e patrióticas de mais de 100 países. Vieram dos países onde se constrói o futuro, vieram das regiões onde os povos lutam pelo presente — mas todos, solidários, são a cada vez mais poderosa força que se opõe ao passado.

Estiveram em Lisboa a concretizar a solidariedade ao povo árabe e ao povo palestino, na maior Conferência de Solidariedade jamais realizada na Europa. E entre eles estiveram os heróicos combatentes árabes e palestinos. Todos juntos, tiveram a oportunidade de conhecer a solidariedade do povo português. Mas, todos juntos, também com a sua presença, deram um imenso testemunho de solidariedade à luta do nosso povo.



Instaurar a paz na terra da paz com as armas da unidade e da solidariedade

O reforço do papel da OLP na comunidade internacional, a denúncia dos acordos de Camp David, as perspectivas de uma paz duradoura no Médio Oriente, a situação que actualmente se vive, a acção combinada do imperialismo e do sionismo contra a nação palestina — tais foram alguns dos temas abordados nas intervenções públicas do presidente do Comité da Organização de Libertação da Palestina durante a sua estada no nosso país.

Nas diversas intervenções que proferiu — na sessão de abertura da Conferência, no início de solidariedade e no decorrer da conferência de imprensa, bem como nas numerosas entrevistas que concedeu — Yasser Arafat transmitiu com clareza um quadro da actual situação no Médio Oriente e da posição da OLP.

Assim, cerca do reforço do papel da OLP na comunidade internacional, o presidente do seu Comité Executivo referiu o facto de a OLP ser reconhecida pelo dobro dos países que reconhecem Israel. E noutro passo das suas intervenções, salientou: O ano de 1979, que o imperialismo americano e o inimigo sionista queriam que fosse o ano da liquidação da Organização de Libertação da Palestina, foi de facto, graças ao nosso encorajamento e apoio e graças ao encorajamento e apoio de todos os irmãos, os amigos e os aliados e de todos os homens honestos, o ano da consagração e do reconhecimento mundial dos direitos do povo palestino.

O repúdio pelos acordos de Camp David

A denúncia e o repúdio mundial dos acordos assinados entre Carter, Sadat e Begin ocuparam parte substancial das declarações do líder palestino, que acentou nomeadamente: Há hoje um número cada vez maior de Estados que se apercebem de que a paz de Camp David não é senão um pacto de agressão que se esforça por impor uma nova forma de servidão do povo palestino e à Nação Árabe. E, noutro passo: As decisões e tomadas de posição mundiais, desde a Cimeira Árabe até às decisões dos Não-Alinhados, desde a firme posição de princípio dos países socialistas e a sua vanguarda, a nossa amiga União Soviética, até ao apoio mundial crescente à OLP, consideram nula a paz falsificada de Camp David e lançam um apelo a todos a fim de pôr em causa esse pacto de agressão destruidor e proclamar que a paz no Médio Oriente não

pode ser realizada sem o povo palestino.

Yasser Arafat declarou também, em nome do povo palestino, dos seus revolucionários e militantes, que não haverá paz, nem estabilidade nem soluções nesta região sem a garantia dos seus direitos nacionais inalienáveis, incluindo o direito à autodeterminação e ao estabelecimento do seu Estado independente na terra da sua pátria.

E noutro passo: O nosso povo luta por uma paz justa contra a agressão, contra a ocupação, o domínio e o expansionismo, contra o fascismo e o racismo, contra o imperialismo e o colonialismo.

Sobre a actual situação no Médio Oriente, sublinhou Yasser Arafat: O Médio Oriente é hoje um barril de pólvora prestes a explodir. Após 30 anos de ocupação e de guerra, de aviltamento, estão no limite da explosão e da cólera face aos «complots» imperialistas-sionistas-racistas.

Se a comunidade internacional não se manifesta no momento apropriado, esta conflagração será inevitável.

Imperialismo, sionismo, racismo

A denúncia das acções combinadas dos imperialistas, dos

sionistas e dos racistas e a luta do povo palestino contra a sua acção conjugada foram igualmente sublinhadas pelo presidente da OLP: A Revolução do povo palestino vai entrar no seu 16.º ano de guerra popular de longa resistência. A batalha contra o imperialismo, contra o racismo sionista, contra o fascismo é uma batalha heróica que conduz o nosso povo e a nossa nação à mais nobre das acções militantes para libertar a humanidade do racismo sionista, fascista, terrorista, aliado de todos os Estados e de todas as forças racistas em África, na América Latina, na Ásia e noutros locais. Israel, camaradas, tal como o sabeis, é aliado do movimento racista da África do Sul, da Namíbia e do Zimbábue. Era o aliado do regime de Somoza, do regime do Xá, do imperador Hallé Selassié e é também o aliado do regime de Pinochet.

abjecto, no momento em que combatemos com determinação e heroísmo, nós voltamos-nos para todos os nossos camaradas e irmãos militantes no mundo, dado que estamos todos na mesma trincheira contra o imperialismo, o sionismo e o colonialismo.

Estamos ao lado dos povos e dos revolucionários da África do Sul, do Zimbábue e da Namíbia.

Estamos ao lado de todos os povos e dos seus revolucionários da África do Sul, do Zimbábue e da Namíbia.

Estamos ao lado de todos os povos e dos seus revolucionários em toda a parte onde sofrem a opressão, o colonialismo, a servidão e o racismo.

Estamos ao lado dos militantes para um futuro melhor sobre o qual flutua a bandeira da liberdade e dos valores humanos. Futuro onde o mundo inteiro viverá na igualdade a justiça e a fraternidade.

Somos pelo progresso social, o bem-estar, a segurança e a paz, baseados na justiça, pela independência e liberdade dos povos do mundo inteiro.

A unidade e a solidariedade são as armas do nosso povo para realizar a vitória e instaurar a paz na terra da paz.

A unidade para a paz e para o futuro

A finalizar uma das suas intervenções, Yasser Arafat sublinhou:

Em nome da OLP, em nome do nosso povo e dos seus revolucionários resistentes, face ao ataque imperialista-sionista-fascista e terrorista mais

Total apoio à OLP à Nação Árabe e ao Povo palestino

A Conferência Mundial que, durante seis dias, reuniu em Lisboa mais de 750 delegados representando 325 partidos e outras organizações de mais de 100 países, aprovou dois importantes documentos: a Declaração de Lisboa, a Resolução sobre a Unidade da Luta da Nação Árabe e dos Povos do Mundo, além de um Programa de Acção.

A Declaração de Lisboa condena todos os esquemas imperialistas e sionistas, especialmente os acordos de Camp David e o tratado israelo-egípcio, que são declarados sem validade por violarem e negarem os direitos nacionais inalienáveis do povo palestino árabe.

É reafirmado o apoio à luta do povo árabe e, particularmente do povo palestino que, sob a direcção da OLP alcançou significativas vitórias políticas tanto a nível nacional como internacional. Na citada Declaração, é salientado o valor da heróica luta do povo palestino nos territórios ocupados.

A Declaração de Lisboa exige a retirada imediata e incondicional de Israel de todos os territórios árabes e palestinos ocupados, bem como a restauração dos direitos nacionais do povo palestino.

A Organização de Libertação da Palestina foi criada em Maio de 1964, no decorrer do Congresso Geral Palestino reunido em Jerusalém. Integram a OLP as seguintes organizações: «Al Fatah», Frente Democrática de Libertação da Palestina, Frente Popular de Libertação da Palestina, Frente Popular de Libertação da Palestina (comando-Geral), «Al-Saigá», Frente Popular de Libertação Árabe e Frente de Luta Armada da Palestina.

Todas estas organizações se encontram representadas nos órgãos dirigentes da OLP, cujo Comité Executivo é presidido por Yasser Arafat. Entretanto, hoje em dia, mais de dois milhões e meio de

niano, de acordo com diversas resoluções da ONU, particularmente a Resolução 3236.

O direito do povo palestino a conduzir todas as formas de luta incluindo o recurso à luta armada para readquirir os seus direitos foi igualmente reafirmado.

Na Declaração de Lisboa expressa-se ainda a solidariedade e reconhecimento pela luta das forças progressistas e patrióticas do Líbano, solidariedade para com a luta da República Árabe da Síria, solidariedade para com a luta da Frente de Fırmeza Árabe (Síria, Argélia, Líbia, Yemen Democrático e OLP).

Finalmente, a Conferência pede a todas as organizações patrióticas e amantes da paz para apoiar a OLP por todos os meios concretos, analisando ainda o papel significativo dos países socialistas, dos países não-alinhados, da OUA e de outras organizações no apoio já dado à justa luta do povo árabe.

Foi, entretanto, decidido que o Secretariado Internacional Preparatório passe a actuar como Secretariado Internacional de Solidariedade.

Por sua vez, o documento «Resolução sobre a Unidade da Luta da Nação Árabe e dos Povos do Mundo» integra a luta do povo

árabe e, particularmente, do povo palestino na ampla luta dos povos contra o imperialismo, o sionismo e o racismo e salienta a terminar:

«A Conferência Mundial de Solidariedade com o Povo Árabe declara que a unidade das forças mundiais democráticas, patrióticas e movimentos progressistas, juntamente com os países e forças socialistas, é a única garantia que assegura o êxito da luta contra a política reaccionária e racista, imperialista e sionista.

A Conferência apela para todas as forças amantes da paz para manterem e fortalecerem esta unidade.

Esta é a verdadeira base para a liquidação dos esquemas imperialistas contra as nações árabes e o povo palestino.

Esta é a única via para os povos da África, da Ásia e América Latina libertarem os seus territórios ocupados, restaurarem os seus direitos nacionais e democráticos, salvaguardarem a sua independência política e económica, assegurarem o seu progresso social, caminhando para uma paz duradoura em todo o Mundo.

E por isso a Palestina vencerá!

Foi um Poema. Foi um Hino à Liberdade e à Revolução. Foi uma Bandeira erguida à luta de todos os povos e à sua amizade e solidariedade. Foi tudo isto. Foram as palavras de Yasser Arafat ao povo de Lisboa, no início do pavilhão. Yasser Arafat falou de

improvisou no final do comício. Visivelmente emocionado com a espontânea e ardente solidariedade que o povo de Lisboa lhe tributou, assim e ao seu povo combatente, Arafat falou nessa noite também da solidariedade e emocionou os milhares de pessoas que, ali,

dialogavam nas mais diversas línguas a mesma linguagem internacionalista que aproxima os povos amantes da paz. Como diria o combatente Arafat, nesta reunião não precisamos de tradutores, porque os nossos corações falam uns com os outros.

Como disse Yasser Arafat: para os revolucionários há só uma língua — a da liberdade, a da Revolução. A voz da resistência do povo palestino foi antecedida de outras vozes, umas também de resistência e luta, outras já do futuro, mas todas igualmente de solidariedade.

Aquilo que Yasser Arafat disse no comício do pavilhão desfaz as calúnias da reacção interna e do imperialismo bolsadas contra a OLP, o seu presidente e o povo palestino. Tentam fazer crer ao Povo português e aos povos de todo o mundo que são terroristas e assassinos os que lutam pela sua pátria, pela sua liberdade, pela sua vida.

Mas os terroristas e assassinos não falam assim, como Arafat falou. Antes de vir para Lisboa fomos enterrados, mais um dos nossos mártires. Uma mulher combatente perguntou-me quando chegarmos à Palestina para enterrar na

nossa terra os nossos mortos. Não lhe soube responder. Mas hoje, depois de sentir esta emoção, depois de sentir este amor e solidariedade, depois de conhecer este grande povo combatente e amigo, vou voltar e dizer àquela mulher que a vitória está perto.

Não são terroristas nem assassinos os que dizem: Não temos muito para vos dar neste momento. Só podemos dizer a cada criança portuguesa, a cada mulher, a cada homem, a cada colina, a cada montanha, a cada vale e a cada árvore: agradecemos... agradecemos... agradecemos!

O encontro entre Yasser Arafat e o povo de Lisboa foi, em suma, feito de amor, este amor que corta, este grande amor que é um instrumento da vitória para todos os povos que amam a paz e a justiça. E por isso, a OLP, a Palestina Vencerá!



Um acontecimento histórico na história de Abril: Yasser Arafat em Portugal

Cinco anos e meio depois da Revolução de Abril, Portugal foi palco da solidariedade que faltava: a solidariedade para com o povo palestino, solidariedade para com o povo a quem o imperialismo continua a negar o direito a uma pátria: a solidariedade para com o povo contra quem o sionismo pratica uma política de genocídio.

A solidariedade para com o povo palestino é um apelo à sua luta e à sua resistência heróica, conduzida pelo seu legítimo representante — a OLP; luta e resistência incarnada na prestigiosa figura do presidente Yasser Arafat.

Eram 3 e 30 da madrugada do passado dia 2 quando o avião que transportava Yasser Arafat tocou na pista do aeroporto de Lisboa. Na sala dos VIPs, um batalhão de jornalistas, que ali se mantinham

desde as primeiras horas da noite do dia anterior, aguardava com expectativa a chegada do Presidente do Comité Executivo da OLP, prontos a registar o histórico momento em que Yasser Arafat pisasse pela primeira vez terra portuguesa de Abril. Presentes igualmente numerosas individualidades, entre as quais o ministro dos Negócios Estrangeiros, Freitas Cruz, uma delegação do PCP composta por Sérgio Vilarigues e Albano Nunes, Silas Cerqueira, do Comité Organizador da Conferência, além de numerosas delegações participantes na Conferência, destacando-se a presença de Omar Al-Hamidi, secretário-geral do Congresso do Povo Árabe e presidente do Secretariado Internacional Preparatório da Conferência.

Ampla série de contactos

Durante a sua estada no nosso país, Yasser Arafat manteve uma ampla série de contactos, encontrando-se com órgãos de soberania do Portugal de Abril e delegações de organizações partidárias.

Yasser Arafat foi recebido pelo Presidente da República, general Ramalho Eanes, por uma delegação do Conselho da Revolução composta pelo brigadeiro Franco Charais, pelo comandante Almeida e Costa e pelo capitão Sousa e Castro, e teve ainda um encontro com o Primeiro-Ministro, Maria de Lourdes Pintasilgo.

Yasser Arafat encontrou-se ainda com o secretário-geral do PCP, camarada Alvaro Cunhal, com o Dr. Mário Soares, do PS, e com Nuno Rodrigues dos Santos, do PPD.



Encontro entre delegações estrangeiras e do PCP

Várias das delegações presentes à Conferência de Lisboa foram recebidas pelo Comité Central do PCP.

As delegações da URSS, do MPLA-PT, do PC do Iraque, do PC do Bangla-Desh, do PS Yemenita, da Frente de Libertação Nacional do Yémen do Norte, da Frente Popular de Libertação de Oman, dos Democratas do Kuwait, da Frente Popular de

Libertação do Bahreim e da Frente de Libertação Nacional do Bahreim encontraram-se com delegações do CC do PCP chefiadas pelo camarada Alvaro Cunhal.

Outras delegações do CC do nosso Partido receberam delegações dos seguintes partidos e organizações: PC Mexicano, PC Grego, PC Argentino, PC Dominicano, PC do Vietname, PC da Finlândia,

PC do Egipto, PS do Paraguai, PC Jordano, PC Alemão, Partido Congolês do Trabalho, Partido do Congresso da Independência de Madagáscar, Partido Progressista do Povo da Guiana, Partido do povo do Panamá, Partido Democrático do Povo do Afeganistão, Revista Internacional, Frente de Libertação Nacional da Argélia e Frente Democrática de Libertação da Palestina.



Sérgio Vilarigues: «Os nobres objectivos que estão no centro desta Conferência acabarão por triunfar»

Baseado a sua actividade internacional nos princípios do internacionalismo proletário, o PCP, que sempre esteve ao lado dos povos em luta pela sua emancipação nacional e social, apoiou activamente desde o primeiro momento a realização desta Conferência em Lisboa, empenhando-se na medida das suas possibilidades para o seu sucesso. Foi com viva satisfação e sem quaisquer reservas que o PCP aceitou o convite que lhe foi dirigido pelo Secretariado Internacional Preparatório para nela participar — salientou o camarada Sérgio Vilarigues, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, usando da palavra no decorrer da Sessão Solene de Abertura da Conferência.

A realização em Portugal de um fórum tão representativo e importante como este — prosseguiu Sérgio Vilarigues — é motivo de regozijo para os comunistas, para todo o povo trabalhador, para todos os verdadeiros democratas e patriotas do nosso país. Nisto vemos uma manifestação de apreço para com a Revolução portuguesa do 25 de Abril que, pondo fim ao fascismo, ao domínio dos monopólios, às criminosas guerras coloniais, tomou Portugal um importante factor de paz e de progresso na Europa e no Mundo. Nisto vemos um estímulo à luta do povo português para defender e consolidar as conquistas de Abril contra os ataques que lhe são movidos pelas forças reaccionárias internas e do imperialismo.

De acordo com a Constituição

Prosseguindo a sua intervenção, o camarada Sérgio Vilarigues acentuou: Pelo seu lado o PCP tudo fará para que os órgãos de soberania do novo Portugal democrático, de acordo com a letra e o espírito da Constituição da República Portuguesa e a política de paz e amizade com todos os povos que ela consagra, intervenham activamente no plano internacional a favor da justa luta do povo palestino e dos povos árabes.

O PCP continuará a lutar firmemente para que cessem definitivamente actos inamistosos como o da elevação a nível de embaixada das relações entre Portugal e os sionistas de Israel, e de tanta gravidade como a utilização pelo imperialismo norte-americano e da OTAN de bases militares em território português para acções de hostilidade e agressão contra os povos árabes como contra quaisquer outros.

Na sua intervenção, o camarada Sérgio Vilarigues referiu-se ainda aos acordos de Camp David, dizendo: Ontem, como hoje, consideramos os acordos de Camp David nefastos aos interesses do povo árabe e à sua causa central — a Palestina, assim como à causa da paz no mundo. Esses acordos são mais um instrumento da política agressiva e expansionista dos Estados Unidos, visando, em relação ao Médio Oriente, o domínio e a expropriação das imensas riquezas petrolíferas e outras da região e o controlo de posições estratégicas contra o campo socialista e o movimento de libertação

nacional na Ásia e África.

Os acordos de Camp David — continuou o dirigente do PCP — constituem uma autêntica aliança militar dirigida contra a independência e a segurança dos povos árabes, como mostram as provocações e agressões de Israel no Líbano e contra a Síria. Longe de representarem um factor de paz, como querem fazer crer os Estados Unidos e a sua ponta de lança no Médio Oriente, Israel, pelo contrário, avolumam as tensões e os perigos para a paz na região e no mundo.

Desmascarar os planos imperialistas

Expressando o desejo de que a Conferência que ora se realizou no nosso país constitua uma nova e importante contribuição para o desmascaramento dos planos imperialistas subjacentes a estes acordos, constitua uma nova e importante contribuição para o reconhecimento no terreno dos factos dos direitos nacionais do povo palestino e para alcançar uma paz justa e duradora no Médio Oriente, o camarada Vilarigues concretizou a posição do PCP a este respeito: Na nossa opinião uma paz justa e duradora no Médio Oriente só é possível através de uma solução global com base nas resoluções da ONU, com a retirada de Israel dos territórios árabes ocupados e o reconhecimento ao povo palestino do direito à constituição do seu próprio Estado independente e soberano. O imperialismo faz tudo o que pode — continuou o camarada

Sérgio Vilarigues — para impedir o triunfo da justa luta dos povos árabes e travar o avanço do movimento de emancipação nacional e social dos povos. Desencadeia poderosas campanhas de calúnias e provocações visando sabotar o processo de desarmamento e a coexistência pacífica entre os Estados. Lança-se numa monstruosa corrida aos armamentos que, não só absorve recursos fabulosos que deveriam ser destinados à solução dos grandes problemas da humanidade, como cria sérios perigos para a paz.

E o dirigente do PCP acrescentou: a criação da chamada «força de intervenção rápida» com que insolentemente ameaça os povos árabes é acompanhada das provocações contra Cuba socialista, dos projectos de instalação em países capitalistas da Europa de novas armas de destruição massiva, de outros planos e acções envolvendo gravíssimos perigos para a paz e a segurança dos povos.

Para enfrentar estes planos agressivos do imperialismo o camarada Sérgio Vilarigues apelou para a união dos esforços na luta contra a corrida aos armamentos, em defesa da paz e da coexistência pacífica, tarefa que considerou ser a de todas as forças amantes da paz e anti-imperialistas, para logo de seguida concluir:

Seria extremamente perigoso substar o imperialismo e a sua natureza rapace e agressiva. Uma coisa, porém, é certa: passou definitivamente o tempo em que o imperialismo punha e dispunha a seu bel prazer dos destinos dos povos. Sejam quais forem as dificuldades a vencer, e os sacrifícios a suportar, os nobres objectivos que estão no centro desta Conferência acabarão por triunfar.

Semana

30

Terça-feira

1918 - Proclamação da República da Checoslováquia.



Agressões dos racistas a Angola

O dirigente palestino Sallah Khalaf revela em Beirute que agentes da polícia política de Israel - Mossad - participaram na tortura de palestinos detidos na cadeia de Strubing, em Munique, na RFA...

31

Quarta-feira

1918 - Decreto do Conselho dos Comissários do Povo, na URSS, para a segurança social dos trabalhadores.

Termina no Estoril a reunião da Internacional Socialista onde, cedendo às pressões do dirigente trabalhista de Israel, Shimon Peres, a IS decide não apoiar a OLP, optando pela continuação dos contactos...

1

Quinta-feira

1963 - É assassinado o presidente do então Vietname do Sul, Ngo Dinh Diem, num golpe de Estado militar promovido pela CIA.



Os «remendos» de Begin

O coronel do Exército boliviano Alberto Natusch comanda um golpe de Estado reaccionário com o objectivo de derrubar o governo constitucional do presidente Walter Guevara Arce...

2

Sexta-feira

1950 - Morre o escritor irlandês George Bernard Shaw.

A Central Operária Boliviana (COB) decreta a greve geral como forma de resistência ao golpe do coronel Natusch e as principais forças políticas e sindicais do país começam igualmente a preparar a resistência aos golpistas...

3

Sábado

1918 - É fundado o Partido Comunista da Áustria.

A Comissão de Descolonização da Assembleia Geral da ONU recomenda, pela primeira vez, que a Assembleia peça a Marrocos para abandonar o Sahara Ocidental...

4

Domingo

1847 - Morre o compositor alemão Felix Mendelssohn.

Algumas centenas de estudantes islâmicos ocupam a Embaixada dos EUA em Teerão, sequestrando cerca de 60 estrangeiros, na sua maioria funcionários e «marines» norte-americanos...

5

Segunda-feira

1962 - A Assembleia Geral da ONU propõe que terminem todos os testes nucleares a partir de 1 de Janeiro de 1963.



Takeo Fukuda

A Embaixada britânica em Teerão é também ocupada por estudantes islâmicos, tal como aconteceu ontem à Embaixada dos EUA...

6

Terça-feira

1918 - Começa o VI Congresso Extraordinário dos Soviéticos da Rússia.

Demite-se o governo iraniano de Mehdi Bazargan, demissão que foi aceite pelo «ayatollah» Khomeyni, o qual ordenou ao Conselho Revolucionário que se encarregasse da gestão do país...

ONU condena agressões a Angola

A África do Sul e a Rodésia continuam a actuar como focos de tensão e de guerra no continente africano, recorrendo sistematicamente à agressão como forma de luta contra o movimento de libertação...

-Bretanha e a França - a condenação da agressão racista contra Angola, concretizada em 28 de Outubro, nas províncias do sudoeste angolano, Porto Alexandre, Mocimédese e Lobando...

a esta nova agressão foram salientados nas Nações Unidas: o reforço da agressividade da África do Sul, sempre que aumenta a pressão internacional para a descolonização da Namíbia...

Simultaneamente, em Bona, o movimento alemão-federal anti-apartheid e a organização de libertação da Namíbia, a SWAPO, denunciaram o fornecimento de tecnologia, por parte da RFA, que pós a África do Sul em condições de fabricar a bomba atómica...

A dura luta da Frente Polisário

Entrevista com Rogério de Carvalho no seu regresso do Sahara Ocidental

A convite da Frente Polisário deslocou-se ao Sahara Ocidental o camarada Rogério de Carvalho, membro do CC do PCP.

- Que outros factos há a assinalar ao longo da tua visita? - Um contacto com prisioneiros marroquinos, por exemplo. Soldados, sargentos e oficiais. Demonstravam um nítido abatimento e declaravam ter sido enganados, tendo-lhes sido afirmado que iam combater argelinos, vietnamitas, cubanos, chineses, coreanos...



Estivemos em Mahabés, cidade-chave do Sahara, onde os marroquinos sofreram uma pesada derrota...

Bolívia: o confronto entre o fascismo e as massas populares

Os actuais acontecimentos na Bolívia não surgiram de forma inesperada, não constituíram qualquer surpresa para as forças democráticas e de esquerda, para o Partido Comunista da Bolívia, para o povo boliviano.

Têm a sua história. Uma história que, nas suas raízes próximas, data do próprio golpe de 24 de Novembro de 1978, das suas características, dos passos para uma democracia nunca consolidada, e que se tem vindo a fazer entre as diversificadas ameaças da direita, o poderoso impulso do movimento popular...

É esta grande batalha, que se acentuou há pouco mais de um ano, que determina e condiciona os acontecimentos actuais, o esforço da burguesia para recuperar o direito de defender sem peias os seus interesses, a magnífica resistência encontrada. Uma luta que se trava num momento em que, a nível mundial, como continental, as saídas fascistas são dia-a-dia mais uma impossibilidade.

Um ano difícil ou o porquê de um golpe

A 15 de Outubro passado a Comissão Política do Partido Comunista da Bolívia fez sair um documento denunciando o perigo fascista na Bolívia e apelando à defesa urgente do processo democrático. A tentativa golpista de Trinidad, nos primeiros dias de Novembro, era um alerta insubstituível de que se tinha atingido um ponto decisivo.

custo para a burguesia, para os monopólios, para o imperialismo, para os mesmos que usufruíam de sete anos de poder banzerista, sacrificando as massas, aumentando a dependência do país. O governo interino pressionado pelos mecanismos «institucionais» do poder, ou está condenado a executar a política do Fundo Monetário Internacional para ser «viável» ou deverá proceder a uma verdadeira viragem e apoiar-se nas massas para resolver a crise.

As dificuldades, da deformação dos resultados eleitorais, resultaram um triunfo da unidade democrática, da UDP (na qual se integra o PCB), em particular nos grandes centros urbanos e também entre vastos sectores do campesinato. Retirando assim bases para o plano imperialista de investidura de Paz Estenssoro, justamente conhecido como o candidato de Washington. A solução encontrada - um governo interino encabeçado por Guevara - foi a solução política possível, abrindo as portas democráticas a possibilidade de enfrentar a curto prazo uma nova batalha eleitoral.

metodológica. Tal busca da hegemonia manifestou-se durante a promoção de candidaturas, 3.º. A primeira lista unitária organizada pelo Dr. Hernán Siles Zuazo, candidato presidencial e presidente da UDP, viu-se substancialmente neutralizada por um alinhamento em função de compromissos bilaterais, e não de objectivos colectivos da Frente; 4.º. A ofensiva da social-democracia e do carterismo obteve alguns êxitos contra a unidade da UDP; 5.º. Mas o mais importante, o decisivo resulta da ausência das massas, da sua actividade, na discussão destes problemas da UDP, no encontrar de soluções, que se tentou encontrar exclusivamente a nível

das cúpulas, de costas para as massas que integram a UDP». Este conjunto de circunstâncias e problemas determinaram ou facilitaram, a complexa situação que se vive actualmente na Bolívia. Entretanto, os êxitos obtidos pelas massas populares organizadas, pela central sindical - a COB - pelo proletariado e o seu partido - o PCB, o grande reforço do movimento popular, presente em todo o processo, apesar de algumas debilidades de organização, revela-se bem agora, na poderosa resistência encontrada pelos golpistas, que já os obrigou a significativos recuos e os tem impossibilitado de se instalarem de facto no poder.

O movimento unitário democrático

Neste contexto, um outro factor surgiu a favorecer o reagrupamento e fortalecimento da direita: as próprias debilidades do movimento democrático unitário - a UDP.

Como foi destacado pelo CC do PCB, em Março: «A paralisação da UDP, marcou a ausência das massas, do povo, na actividade desenvolvida na actual conjuntura, cedendo a irracionalidade à burguesia pró-imperialista. Alguns factores que geraram esta situação podem resumir-se assim:

Dificuldades e vitórias da democracia

Estes os elementos constantes de permanência do perigo fascista. Sobre este fundo ressaltam alguns momentos e factores dessa mesma realidade. No documento do 1.º de Maio do CC do PCB, afirma-se, significativamente: «Agora é necessário derrotar vários inimigos, mas o principal é a burguesia pró-imperialista que disfarçando-se de «democrática» e com um programa demagógico procura «salvar» os mesmos interesses que defendeu Hugo Bánzer, ou seja os interesses do imperialismo, dos novos opressores e exploradores do nosso povo. Este inimigo é o pazestenssorismo. Mas também o fascismo recalcitrante, golpista, é um inimigo que devemos esmagar, sem esquecermos de derrotar definitivamente os seus discretos auxiliares: a ultrasesquerda provocadora».

As eleições, apesar das dificuldades, da deformação dos resultados eleitorais, resultaram um triunfo da unidade democrática, da UDP (na qual se integra o PCB), em particular nos grandes centros urbanos e também entre vastos sectores do campesinato. Retirando assim bases para o plano imperialista de investidura de Paz Estenssoro, justamente conhecido como o candidato de Washington. A solução encontrada - um governo interino encabeçado por Guevara - foi a solução política possível, abrindo as portas democráticas a possibilidade de enfrentar a curto prazo uma nova batalha eleitoral.

PCB analisa golpe de 24 de Novembro de 1978

O que actualmente se passa na Bolívia é, em grande parte, resultado do golpe que em Novembro de 1978 derrubou o ditador Banzer, e do que depois se seguiu. A análise dos acontecimentos feita então pelo PCB ajuda a compreender o que se passou no país nos últimos meses e a situação que agora se vive.



O camarada Jorge Kolle, Primeiro Secretário do CC do PCB

«O que identifica e constitui o rasgo mais importante do governo actual é a ruptura com o continuísmo fascista, a possibilidade real da vitória democrática. Mas o fascismo continua vivo, actual, tenta restabelecer-se, não foi aniquilado; mantém bases importantes, pontos de apoio nos próprios órgãos de Poder».

Entretanto, estas dificuldades não podem constituir um obstáculo ao processo da democratização, mas, pelo contrário, exigem o cumprimento dos prazos para a convocação de eleições, pois só um governo democrático, que exprima os interesses e objectivos das massas, poderá desenvolver uma política económica coerente e sistemática que encare as soluções necessárias, as que rectificando, nas suas linhas essenciais, o curso da política económica banzerista, evitem que o país se precipite na bancarrota a que inevitavelmente o conduzia o anterior regime».



- Situada na América do Sul, a Bolívia tem fronteira com o Brasil, o Paraguai, a Argentina, o Chile e o Peru. Não tem costa marítima.
● 55% da população é constituída por ameríndios, 31% são mestiços, 14% brancos descendentes sobretudo dos antigos colonizadores espanhóis.
● A economia boliviana assenta fundamentalmente nos recursos do subsolo: o país ocupa o terceiro lugar no mundo pela produção de estanho, de volfrâmio e de antimónio.
● A indústria transformadora é de modestas dimensões, destacando-se a têxtil como a mais importante, para além das alimentares (farinhas, cerveja, açúcar, tabaco e couros).
● Mais de 60% da população trabalha na agricultura, sendo baixa a produtividade agrícola.

APU em todos os concelhos do Continente e Madeira

• Candidaturas em mais de 2 330 freguesias

Dois dias após o termo do prazo para apresentação de candidaturas às eleições autárquicas de 16 de Dezembro, a Comissão Nacional da Aliança Povo Unido divulgou em Lisboa o balanço provisório do trabalho desenvolvido pela APU face àquelas eleições.

Os números são elucidativos: a APU concorre a 300 concelhos do Continente e Regiões Autónomas e em 2 331 freguesias. Em 1976 a Povo Unido apresentou listas em 287 Câmaras Municipais, 285 Assembleias Municipais e 1117 Assembleias de Freguesia.

Como seria salientado na reunião da Comissão Nacional da APU, o grande "salto" verificado traduz não só o enorme esforço desenvolvido pelos activistas da Povo Unido na elaboração das listas, mas sobretudo um significativo aumento da confiança do eleitorado nos comunistas e outros democratas que formam a APU.

Falando aos jornalistas, Anselmo Aníbal revelou que a APU se candidata a todas as Câmaras e Assembleias Municipais do Continente e da Madeira e também em 14 dos 19 concelhos dos Açores. Nesta Região Autónoma não foram entregues as candidaturas nos restantes cinco concelhos devido à interrupção, desde os dias 22 e 26 de Outubro, dos transportes para as Ilhas da Graciosa, S. Jorge, Flores e Corvo, provocada pelo mau tempo.

No entanto, a APU, que fez várias tentativas para ultrapassar

o obstáculo do temporal de modo a entregar as listas dentro do prazo legal — quer tentando o transporte marítimo quer contactando constantemente a SATA — irá invocar o art.º 146 do Código do Processo Penal (justa causa) para poder apresentar ainda a sua candidatura às autarquias em questão.

Desconhece-se ainda se outras forças políticas foram afectadas pelo corte de transporte com aquelas ilhas, mas em todo o caso só o manifesto boicote à candidatura da APU poderá impedir a entrega da referida documentação.

A ser resolvida esta questão, a APU estará presente em todos os 305 concelhos do País.

No tocante às freguesias (que são, no total, 4045, embora em Dezembro se realizem eleições apenas em 3700, uma vez que nas restantes a Junta será escolhida em plenário de cidadãos eleitores) a APU concorre em mais 1214 do que em 1976, ou seja, em mais do dobro. De sublinhar que este número não é ainda definitivo, pois na reunião da Comissão Nacional da APU realizada domingo passado faltava apurar dados referentes a alguns concelhos.

A propósito, Carlos Costa, membro da Comissão Política e do

Secretariado do CC do PCP e igualmente daquela Comissão Nacional, fez notar que a presença da Povo Unido em tão vasto número de órgãos autárquicos tem um significado político que transcende a própria votação que a APU venha a obter. Com efeito, a simples candidatura em muitas freguesias (mais de mil) representa já uma estrondosa vitória das forças democráticas.

Listas Povo Unido abrangem mais de 80% do eleitorado

Embora não se apresentando ainda à totalidade das freguesias do país, o que implicaria a mobilização de mais de 72 000 candidatos, a APU apresenta-se num vasto conjunto de órgãos autárquicos que abrangem mais de 80% do eleitorado, com um total de candidatos estimado entre 40 a 45 000.

Os dados por distrito apresentados pela Comissão Nacional da APU, cuja reunião foi presidida por Carlos Costa, Luís Sá, Anselmo Aníbal, Cunha Serra, Orlando de Almeida e Eduardo Pedroso, possibilitam uma maior

compreensão do importante acréscimo alcançado em relação a 1976.

Assim, a APU concorre a todos os órgãos autárquicos de Lisboa, Porto, Setúbal, Évora, Portalegre, Beja e Faro, sendo nalguns destes casos a única força política e conseguinte.

Em Leiria, só não concorre em nove freguesias das 130 do distrito, o que corresponde a quatro vezes mais do que em 1976. As 121 freguesias onde a APU se apresenta correspondem em entanto a 97% do eleitorado daquele distrito.

Em Santarém, concorre a 155 das 165 freguesias, o que representa 95% do eleitorado. Curiosamente, a APU é a única força a concorrer a todos os órgãos de poder local no concelho de Rio Maior!

Outro tanto sucede no concelho de Aveiro. Em relação ao distrito, estará presente em 120 das 176 freguesias. No distrito de Braga a APU candidata-se a 260 freguesias, contra as 71 de 1976. Mais de 50% dos candidatos são independentes.

Quanto à Guarda, concorre em

67 freguesias, sendo o número de candidatos independentes superior a 70%.

No concelho da Covilhã a APU é também a única força política a concorrer a todos os órgãos autárquicos. Quanto ao distrito de Castelo Branco, a Povo Unido apresenta-se a 85 freguesias, contra as 29 de 1976, abrangendo 73% do eleitorado.

Também em Lisboa (distrito), só a APU se apresenta a todas as 190 freguesias e 15 municípios.

Ainda que incompleto, este balanço permite já constatar a extraordinária expansão da APU no norte do país, onde em 1976 não conseguiu sequer concorrer. Embora se desconheça ainda qual a situação no que se refere aos restantes partidos, a intensa actividade desenvolvida quer pela Aliança Reaccionária quer pelo PS junto dos candidatos da APU em certas zonas do país no sentido da sua desmobilização (indo desde a ameaça de despedimento por um lado a ofertas de emprego por outro), deixam antever o recuo que a presença da Povo Unido em tão vasto número de órgãos autárquicos infunde aos que em vez de servir o eleitorado se servem dele.

Mas a batalha da Povo Unido por uma gestão democrática das autarquias continua. A sua vitória é cada vez mais uma certeza. E a partir de 16 de Dezembro muitos milhares de democratas farão ouvir a voz da Povo Unido nas autarquias de todo o país.



Para a Vitória Democrática por uma dinâmica popular no desporto!

• Declaração de apoio à APU apresentada em Lisboa

As eleições que se aproximam revestem-se de grande significado. Os seus resultados terão consequências não só para o futuro da democracia portuguesa mas também para a política imediata. A vitória das forças democráticas assegurará a criação de condições que, também no sector da cultura física e desporto, conduzam a uma viragem capaz de introduzir as alterações que a situação exige e o povo reclama — lê-se a dado passo da Declaração de Apoio à APU — Para a Vitória Democrática. Por uma Dinâmica Popular no Desporto, documento apresentado no último sábado, em Lisboa, no decorrer de uma sessão promovida por um grupo de democratas ligados, pelas mais diversas formas, à actividade desportiva no nosso país.

Esteve presente no encontro, realizado no Clube Atlético de Campo de Ourique (CACO), o camarada Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do Partido e candidato pela APU, no círculo da capital, às próximas eleições intercalares.

A sessão foi aberta pelo jornalista desportivo Carlos Pinhão, candidato da APU pelo círculo fora da Europa, que sublinhou, entre outros aspectos, «o vasto movimento de apoio à Aliança Povo Unido por parte dos desportistas, não só por razões políticas gerais, como também em defesa da democratização do Desporto, direito do Povo».

Isabel Rocha, campeã nacional e jogadora internacional de badminton, leu a Declaração de Apoio à APU, documento que está a ser amplamente divulgado junto de todos os sectores desportivos do país, com o objectivo de recolher assinaturas. Trata-se de um documento de 66 linhas onde se desenvolvem dois temas essenciais: a necessidade do voto dos desportistas portugueses na APU, contributo «para a grande vitória das forças democráticas e para que se tome realidade uma política desportiva que se traduza num desporto de todos»; e a esquamização das grandes linhas de orientação que, no entender da APU, devem caracterizar «uma política democrática que tome o desporto

como um direito do Povo. Neste sentido, salienta a Declaração: Urge que sejam tomadas medidas:

- quanto ao associativismo desportivo — que estimule o seu crescimento entre os trabalhadores, os estudantes e promovam o desenvolvimento das colectividades, apoiando a participação activa e criadora das populações;

- quanto às autarquias — lutando pela aplicação integral da Lei das Finanças Locais, pela criação de pelouros de desporto, pela definição de critérios objectivos de apoio às estruturas populares;

- no sistema educativo e na juventude — lutando pela criação das condições materiais (construção de instalações e fornecimento de material desportivo), e condições humanas (formação de professores), necessários à educação física e desporto escolar, pelo apoio às organizações de jovens e dinamização de actividades na Escola, nos locais de residência e Empresas;

- quanto à formação de quadros — pela formação de professores, treinadores, dirigentes e árbitros, pelo apoio e estímulo à formação de amadores voluntários;

- quanto às mulheres, reformados, idosos e deficientes — pelo lançamento de estruturas de apoio e dinamização da prática desportiva, que se insiram numa acção concreta empenhada na sua promoção e integração social;

- quanto à alta competição — pela criação de condições e definição de estatuto próprio, que garanta ao atleta de alta competição a sua plena realização como praticante desportivo e plena realização também das suas necessidades económicas e sociais na sua vida profissional;

- quanto ao profissionalismo desportivo — pelo combate contra as formas degradantes da prática desportiva e sua moralização;

- quanto à emigração — pelo apoio às associações de emigrantes, pelo estímulo e apoio à formação de quadros

desportivos e ao intercâmbio dos seus grupos.

Durante o encontro a Declaração recebeu várias assinaturas de apoio, nomeadamente as de Alves Barbosa, nome bem conhecido do ciclismo, e do dr. Abrantes Mendes, antigo treinador de futebol do Sporting. Recorde-se, a propósito, que a Declaração e a realização do Encontro foram iniciativa de um grupo de 26 personalidades ligadas à esfera desportiva, que deram assim as primeiras assinaturas ao documento.

Após a projecção do filme, comentado por Carlos Abreu, professor de Educação Física e antigo campeão nacional de ginástica desportiva, seguiram-se as intervenções de Helder Matos, candidato da APU e professor de Educação Física, que traçou um breve balanço da política desportiva desde o 25 de Abril até agora, e, por último, o camarada Octávio Pato.

Mas diversas intervenções do encontro foi referida a participação do desporto no desfile de abertura da campanha da APU em Lisboa, no próximo domingo.

Manha • A Campanha • A Campanha

• Manobra que é preciso denunciar

Na sua campanha, a reacção não recua perante nenhum processo a fim de enganar o eleitorado. Tirando partido do descontentamento existente entre a maioria do Povo português devido à política dos últimos governos, Freitas do Amaral argumenta que «o socialismo já provou não servir os interesses dos portugueses», enquanto Sá Carneiro clama que é preciso uma «mudança». Com isto pretendem eles justificar a sua sede de propaganda eleitoral segundo a qual lhe deve ser dada agora a oportunidade de, no governo, mostrarem do que são capazes.

A manobra é clara. Com o pretexto de que o PS tem sido o partido mais votado é tido a maioria parlamentar, a aliança dita democrática escamoteia dois factos: o primeiro é que o PS quando esteve no governo actuou aliado à direita e cedendo em toda a linha às pressões da direita; o segundo é que quando o PS não esteve no

governo quem governou de facto foi a direita, através nomeadamente de Mota Pinto. Ou seja: é a política da direita, a política do PPD e do CDS, que tem imperado nos últimos anos, e é a ela, e não ao «socialismo», que se deve a não resolução e o agravamento dos problemas nacionais.

Quando os dirigentes reaccionários gritam por «mudança» e deitam culpas das dificuldades do Povo português para o «socialismo», mentem descaradamente visando esconder este facto fundamental que é o completo fracasso da sua política, porque é a política de direita ou de cedências à direita quem tem estado no poder. Trata-se de uma forma de mistificação ideológica e um método demagógico de propaganda que é necessário firmemente denunciar. É preciso uma mudança, sim, mas no sentido de uma viragem democrática. A direita no poder já mostrou o que vale.

• A situação no Alentejo

Os dirigentes da Aliança Reaccionária intensificaram nos últimos tempos a sua campanha de mentiras e calúnias contra a Reforma Agrária e a situação do Alentejo, recorrendo a toda a espécie de falsidades para tentar dar uma visão catastrófica acerca do que se passa naquela região. Dizia recentemente Sá Carneiro em entrevista a um semanário: «No Alentejo temos o domínio ditatorial de um partido, através dos sindicatos e das unidades colectivas de produção, Partido Comunista que mantém o Alentejo sob um domínio não democrático, muitas vezes de terror, sempre de opressão». Não restam dúvidas de que isto são puras invenções

destinadas a alimentar o anticomunismo mais primário e a pôr em causa a Reforma Agrária. Mas é bom que se saiba que esta não é apenas a opinião dos comunistas.

Depois de uma viagem ao distrito de Beja, um repórter de «O Jornal» escreveu: «Nas ruas, nos cafés, nas aldeias ou nas vilas, os responsáveis partidários esclarecem as populações de uma forma serena e sem qualquer coacção». (...) «Uma realidade podemos constatar: vive-se em liberdade na região, cada um exprime os pontos de vista que mais se coadunam à sua personalidade, a tranquilidade é visível, ninguém se pode queixar de dificuldades para se reunir ou associar.» (...) «Não

há notícias de dificuldades ou entraves colocados à formação das listas da AD, nem de provocações ou acções intimidatórias contra os seus seguidores. Dizem-no não por complexo ou por tentarmos mistificar a realidade, mas porque todas as pessoas com quem falámos (muita gente conservadora pelo meio) nos transmitiu esta opinião.»

Acontece até, como se vê por este depoimento, que mesmo «gente conservadora», confrontada com a realidade,

• Eles bem tentam disfarçar...

Tem-se dito e escrito que a direita parte derrotada para as eleições, porque as que se vão realizar não são as eleições que a direita queria, tendo-se malogrado o plano que as forças reaccionárias tinham arquitetado para subverter a legalidade democrática e constitucional. A direita tenta passar por cima e esquecer este facto, como se não fosse nada com ela; tenta transformar a derrota em vitória, disfarçando o grande recuo a que foi obrigada na sua estratégia golpista. Mas há coisas que convém lembrar sempre, para que ninguém subestime as reais intenções da Aliança Reaccionária. Vejamos:

O PPD e o CDS exigiam, violando a Constituição, que estas eleições legislativas dispensassem as de 1980. Mas a verdade é que as eleições de 1980 irão realizar-se conforme estabelece a Constituição.

O PPD e o CDS pretendiam que a nova Assembleia já tivesse poderes de revisão da Constituição. Mas a verdade é que só a Assembleia saída das eleições de 1980 terá tais poderes.

O PPD e o CDS reclamavam que a revisão constitucional não fosse necessária a maioria dos dois terços nem respeitados os limites da revisão. Mas a verdade é que a maioria de dois terços e os limites que

impedem a revisão das nacionalizações, da Reforma Agrária, das liberdades e direitos dos trabalhadores, continuam em vigor.

O PPD e o CDS pretendiam uma nova lei eleitoral que transformasse uma minoria de votos numa maioria de deputados e fizesse das eleições uma mascarada vergonhosa. Mas a verdade é que as eleições vão realizar-se com uma lei eleitoral justa, democrática e baseada no princípio da proporcionalidade.

O PPD e o CDS pretendiam a utilização do referendo, não admitido pela Constituição, como forma de manipulação do eleitorado. Mas a verdade é que o referendo não se fez nem se fará.

O PPD e o CDS queriam um governo seu, reaccionário e provocatório como o de Mota Pinto que, entre outros factores antidemocráticos, mantivesse o controlo pela reacção da comunicação social estatalizada. Mas a verdade é que o governo Mota Pinto foi mesmo para a rua, e a direita está de cabeça completamente perdida com a possibilidade de as eleições se virem a realizar em condições de isenção e seriedade.

O plano reaccionário falhou. É preciso que os resultados eleitorais confirmem e acentuem a derrota da reacção.

perspectiva de políticos tão diferentes como os comunistas ou os sociais-democratas, o trabalho das autarquias foi positivo. «As Câmaras fizeram mais nos últimos três anos que na década imediatamente anterior». (...) A acção das Câmaras Municipais APU tem sido positiva, afirmação que merece o consenso de várias forças político-partidárias diferentes, como atrás dissemos.»

Sem comentários.

• Terrível mistério

Sempre atenta aos grandes temas da vida política nacional, a secção Gente do «Expresso» conta que em certo momento do comício da Aliança Reaccionária no Rossio, Gonçalo Ribeiro Teles, chefe do PPM e um dos oradores presentes na tribuna junto ao Teatro Nacional, «deu livre curso às suas mais imediatas necessidades fisiológicas contra uma das colunas do Teatro D. Maria II».

Segundo o que repórteres do «Avante!» vieram a apurar, jornalistas presentes no local, curiosos e perplexos, não resistiram à tentativa de observar (ainda que, como se compreende, com uma certa discreção) o insólito acontecimento. E interrogaram-se, intrigados: — Tratar-se-á de uma nova e estranha forma de propagandear as teses ecológicas?

— Pretenderia D. Gonçalo contribuir para a revivificação do património arquitectónico português?

— Será que as «águas» manchadas de azul não são poluentes?

— Ou será que, também no que toca às grandes frases sobre a preservação do meio-ambiente, os dirigentes da reacção dizem uma coisa e depois, à supaca, fazem outra?

Ao que consta, o mistério persiste.

ACORDO DE ACÇÃO PARLAMENTAR ENTRE O PCP E O MDP/CDE

Concretizando a intenção anunciada ao País no comunicado conjunto de 23 de Setembro de 1979, o Partido Comunista Português e o Movimento Democrático Português estabelecem e tornam público o seguinte acordo de acção parlamentar:

1. A cooperação no plano parlamentar entre o PCP e o MDP/CDE inspirar-se-á nos seguintes grandes objectivos essenciais:

- a) o respeito inequívoco pela Constituição e a legalidade democrática;
- b) a defesa das liberdades e demais conquistas de Abril, nomeadamente, as nacionalizações, a Reforma Agrária, o controlo de gestão e a participação popular na vida nacional;
- c) a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e das classes e camadas médias;
- d) a definição de uma nova política económica orientada para o desenvolvimento e o progresso de Portugal;
- e) a salvaguarda da integridade territorial e da independência nacional.

2. O PCP e o MDP/CDE manifestam a sua comum disposição de, nas eventuais iniciativas parlamentares conjuntas ou convergentes que vierem a desenvolver, procurarem favorecer, estimular e alcançar uma ampla cooperação e entendimento entre as forças democráticas, nomeadamente as representadas na Assembleia da República, e em especial com os socialistas, como condição indispensável para a aprovação de leis favoráveis aos interesses populares e nacionais e como forma essencial de exprimir na vida das instituições as aspirações de unidade democrática e a rica experiência de cooperação dos democratas que constitui património vivo do nosso povo.

3. O PCP e o MDP/CDE acordam em colocar como ponto prioritário da cooperação entre os seus grupos parlamentares contribuir de forma responsável e activa — na sequência da vitória democrática — para a constituição de um governo democrático que, tendo como suporte parlamentar a maioria democrática da Assembleia da República, esteja em condições de, pela sua composição e programa, garantir a resolução dos problemas mais prementes do povo e do País, assegurando ao mesmo tempo a necessária estabilidade política, económica e social e a consolidação do regime democrático.

4. O PCP e o MDP/CDE manifestam o propósito de cooperar estreitamente na Assembleia da República com vista a obter com urgência a revisão ou revogação de legislação ofensiva das conquistas de Abril e dos princípios constitucionais que as consagram, bem como da que a experiência revelou contrária ou inadequada à satisfação das aspirações populares e dos interesses nacionais. Neste domínio, e sem prejuízo da plena autonomia de iniciativa de cada um dos partidos, acordam em considerar em conjunto a oportunidade de iniciativas legislativas visando a revogação e substituição da Lei dita de Bases da Reforma Agrária, da Lei do Arrendamento Rural, da Lei das Comissões de Trabalhadores, bem como a revogação ou profunda alteração de outras leis da «contra-revolução legislativa». Os dois partidos acordam ainda na consideração em conjunto de iniciativas necessárias à revogação da legislação e das medidas antipopulares do governo Mota Pinto, designadamente do decreto-lei sobre os aumentos das rendas de casa.

5. O PCP e o MDP/CDE acordam no princípio de uma estreita cooperação dos seus grupos parlamentares com vista a combater todas as tentativas de, por via legislativa ou outra, subverter o regime constitucional ou restringir os direitos e as liberdades dos cidadãos, fazendo frente, nomeadamente, aos projectos golpistas e anticonstitucionais dos partidos reaccionários no sentido de introduzir inconstitucionalmente o referendo e destruir princípios básicos da lei eleitoral que decorrem da Constituição, designadamente o sistema de representação proporcional.

6. O PCP e o MDP/CDE acordam em conceder particular atenção no plano da sua cooperação parlamentar às iniciativas legislativas de natureza económica e social, nomeadamente às que possam contribuir para a melhoria das condições materiais e culturais de vida da população laboriosa, às que assegurem a plena concretização da descentralização administrativa e da autonomia do poder local, consagradas na Constituição, às que defendam o desenvolvimento democrático das Regiões Autónomas, tendo em conta os condicionamentos próprios, às que possam constituir um estímulo ao desenvolvimento das actividades produtivas nacionais, nomeadamente criando condições para a valorização da contribuição das pequenas e médias empresas para a recuperação económica.

7. O PCP e o MDP/CDE acordam em estabelecer o princípio da prévia informação e consulta mútua em matérias fundamentais como a formação de governos, a discussão dos seus programas, a apresentação e votação de moções de censura e de confiança, a votação das Leis do Plano e do Orçamento.

8. O presente acordo de acção parlamentar entre o PCP e o MDP/CDE vigora até ao termo da actual legislatura da Assembleia da República.

Lisboa, 5 de Novembro de 1979

O PCP e o Acordo Parlamentar

Durante a conferência de imprensa, na passada segunda-feira, em que foi divulgado o Acordo de Acção Parlamentar entre o PCP e o MDP/CDE, cujo texto junto publicamos na íntegra, o camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do CC do PCP, fez uma comunicação na qual se explicou a posição do PCP perante a importância e o significado daquele importante documento.

Salientou Carlos Brito:

Com a divulgação deste texto ficam definitivamente clarificados os termos da cooperação estabelecida entre o PCP e o MDP/CDE não apenas na campanha e nas eleições através da APU, mas também na Assembleia da República que vai ser eleita a 2 de Dezembro e durante todo o período da sua duração.

Uma vez mais se confirma que na APU tudo de passa com transparência.

Mas seja-nos permitido demonstrá-lo.

Primeiro, a natureza da coligação APU para as intercalares. Foi esclarecido que a coligação APU, que apresenta candidatos em todos os círculos eleitorais, se constituiu nos termos do art.º 22.º da lei eleitoral para a Assembleia da República, deixando de existir logo que for tomado público o resultado definitivo das eleições, dando origem a deputados do PCP e a deputados do MDP/CDE. Foi também esclarecido que os deputados de cada um dos partidos constituirão grupos parlamentares distintos.

Segundo, as candidaturas. Foi esclarecido que a Aliança Povo Unido apresentou 352 candidatos. Sendo 40 do MDP/CDE, 33 democratas independentes e todos os restantes filiados do PCP. As listas foram naturalmente organizadas de forma a assegurar o objectivo atrás referido, isto é, a constituição de dois grupos parlamentares a partir dos deputados emergentes da coligação.

Terceiro, as características da campanha eleitoral. Foi esclarecido que existirá uma campanha conjunta da APU e que cada partido desenvolverá uma campanha autónoma, partidária, pelo voto na APU. E é o que já começou a fazer-se durante a pré-campanha.

À sua parte, o PCP definiu, na Conferência Nacional do Partido, o resultado necessário das eleições — a vitória democrática; propôs um programa para a democracia portuguesa; apresentou uma solução para a questão governativa — o governo democrático.

Em relação ao resultado, o PCP indicou os três objectivos que importa alcançar: 1) derrotar a reacção, mantendo em minoria o PPD, o CDS e os seus acólitos; 2) eleger uma maioria democrática designadamente de comunistas e socialistas (maioria em que está naturalmente incluído o MDP/CDE); 3) aumentar sensivelmente o número de deputados do PCP, condição indispensável para se alcançar uma alternativa democrática.

Em relação ao programa, o PCP definiu-o como um programa que responde às necessidades objectivas do Portugal de hoje e às necessidades e aspirações do Povo português, um programa que dá resposta aos problemas de todas as classes

e camadas não monopolistas e que constitui as grandes linhas da viragem democrática na política nacional.

Em relação à questão governativa, o PCP apresenta a solução de um governo democrático, com base na maioria democrática que vai ser eleita, designadamente de comunistas e socialistas (e que abarca também os deputados do MDP) e com uma composição que inclua a participação do PCP.

Com estes objectivos o PCP participa activamente na campanha conjunta da APU e desenvolve por todo o país, autonomamente, uma grande campanha popular pelo voto na APU.

O Acordo de Acção Parlamentar entre o PCP e o MDP/CDE que hoje vos apresentamos completa este quadro de definições e contribui para pôr em evidência todo o alcance do voto na Aliança Povo Unido.

Os anunciarmos a constituição da APU sublinhámos que ela representa um importante factor para uma dinâmica unitária que irá congregiar largos sectores que lutam consequentemente por uma viragem democrática na política nacional. A pré-campanha está a confirmar esta perspectiva e é ainda nesta perspectiva que se insere o Acordo que a partir de agora tomamos público.

Depois de salientar os aspectos mais salientes do Acordo, Carlos Brito disse ainda:

O Acordo de Acção Parlamentar estabelecido entre o PCP e o MDP/CDE não constitui um figurino para o comportamento parlamentar de cada um dos partidos. É um acordo de cooperação que deixa a cada partido um largo campo à iniciativa e à intervenção criadora nos trabalhos da futura Assembleia da República.

O Grupo Parlamentar do PCP tem as linhas gerais da sua orientação definidas pelo IX Congresso do Partido e aos órgãos de direcção do PCP, antes de tudo ao Comité Central do Partido, que cabe definir as suas posições em relação às grandes questões. O Grupo Parlamentar do PCP tem além disso, uma experiência, um património, um estilo e um plano de intervenção legislativa que vai manter nas suas linhas gerais de acordo com o Programa eleitoral do Partido.

O Acordo de Acção Parlamentar estabelecido entre o PCP e o MDP/CDE é um entendimento apontado para outros entendimentos mais largos, designadamente com os socialistas. Representa um acordo de cooperação entre democratas e tem por isso a força do exemplo e o poder de atracção que lhe vem da demonstração de que o entendimento e a unidade entre as forças democráticas são possíveis.